

Q1.

Contar histórias é o antecedente remoto da literatura, da história, das religiões e talvez, indiretamente, a locomotiva do progresso. A oralidade contribuiu de maneira decisiva para impulsionar a civilização da época das pinturas rupestres até a viagem dos homens às estrelas. Oralidade quer dizer pré-literatura, aquela que existia apenas graças à voz humana, antes que aparecesse a escrita.

Os contos, as histórias inventadas, davam mais vida aos nossos ancestrais, tiravam homens e mulheres das prisões asfixiantes que eram suas vidas e os faziam viajar pelo espaço e pelo tempo e viver as vidas que não tinham nem nunca teriam em sua miúda e sucinta realidade. Sairmos de nós mesmos, sermos outros, graças à fantasia, nos entretém e enriquece. Mas, além disso, nos ensina como é pequeno o mundo real comparado com os mundos que somos capazes de fantasiar, e deste modo nos incita a agir para transformar nossos sonhos em realidade. O progresso nasceu assim, da insatisfação e do mal-estar com o mundo real que inspirava nos humanos a mesma ficção que os deleitava.

As histórias que inventamos constituem a vida secreta de todas as sociedades, aquela dimensão da existência que, embora nunca tenha tido chance de se realizar, foi de alguma forma vivida pelos seres humanos, na incerta realidade dos desejos, fantasias, pesadelos e invenções, de toda essa projeção da vida que não tivemos e por isso devemos inventá-la. Ela existiu sempre na memória das gentes, mas só a escrita a fixou e lhe deu permanência, muitos séculos depois de que nascesse, ao redor das fogueiras, quando nossos antepassados contavam-se histórias à noite para esquecer o medo do trovão, as aparições e os milhares de perigos que os espreitavam em qualquer parte.

(Adaptado de VARGAS LLOSA, Mario. Disponível em: www.brasil.elpais.com)

Considere as afirmativas abaixo.

I. Depreende-se do texto que o descontentamento com o mundo real instiga o ser humano a imaginar uma vida melhor e a transformar fantasia em realidade.

II. A atividade de contar histórias possui, entre outras, a função de mitigar emoções como o temor.

III. A linguagem escrita sobrepuja a oral, pois, enquanto esta apenas desperta a imaginação para fins de entretenimento, aquela permite que se transcendam obstáculos reais por meio da invenção de uma vida mais aprazível.

Está correto o que consta de

- A) I e III, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I, II e III.
- E) I, apenas.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Q2.

Não mais no quadro negro
o tempo de criança.
A escola isolada
desapareceu.
As meninas casaram
ou ficaram no mundo,
os meninos viraram homens,
uns de pés descalços,
uns de mãos vazias.
Minha mestra, onde anda?
Que problema difícil
de solucionar.

(MARINHO, Arthur Neri. Disponível em:
www.alcinea.com/poetas-do-amapa)

Acerca dos períodos que compõem o poema, está correto o que se afirma em:

- A) *Minha mestra, onde anda?* – Há desvio da norma-padrão no uso de onde, já que a gramática normativa admite apenas o uso de "aonde" nesse contexto.
- B) *A escola isolada desapareceu.* – A inversão da ordem entre os vocábulos isolada e desapareceu não acarreta alteração de sentido.
- C) *As meninas casaram ou ficaram no mundo, os meninos viraram homens, uns de pés descalços, uns de mãos vazias.* – As três vírgulas separam termos com função equivalente e, portanto, intercambiáveis.
- D) *Não mais no quadro negro o tempo de criança.* – Uma forma verbal está subentendida nessa construção.
- E) *Que problema difícil de solucionar.* – O emprego de "se" antes de solucionar acrescenta incorreção à frase.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Figuras de linguagem

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 18ª / 2013 / FCC

Q3.

Pintor e desenhista, Van Gogh compôs um dos mais renomados conjuntos de obras de arte do acervo da história das artes plásticas mundiais.

Influenciou, direta ou indiretamente, a produção de sucessivas gerações de artistas, e, em razão da tragicidade de sua existência, tornou-se um modelo, uma espécie de paradigma de personalidade artística criadora.

De vida interior intensa e conturbada, a ele foi impossível uma existência regular, dentro de padrões. Em sua atividade artística, tardia e extraordinariamente breve (quando morreu, contava apenas 37 anos de idade), Van Gogh encontrou somente a frustração e a indiferença entre seus contemporâneos.

Suas telas, se não eram destruídas ou vilipendiadas, eram guardadas em porões e depósitos como qualquer entulho.

Triste ironia, considerando-se que hoje acompanhamos pelos noticiários internacionais os leilões de suas obras, arrematadas por colecionadores do mundo todo a preços vultosos.

Dele, como artista, ou mesmo de sua obra, já não se deve falar, visto que ingressaram, indiscutivelmente, no rol dos inquestionáveis tesouros humanos. No entanto, no interior mesmo do mundo objetivo da cultura, ao qual sua pintura se integra, seu legado poderia ser utilizado, como modelo ou premissa, para a análise de inúmeras questões – sociais ou estéticas – que envolvem a arte contemporaneamente.

(Adaptado de João Werner. Ensaio sobre arte e estética.
Formato ebook)

No texto, considera-se irônico o fato de

- A) Van Gogh ter tido uma vida tão breve e, ao mesmo tempo, produção artística tão profícua.
- B) as obras de Van Gogh terem sido menosprezadas no passado e hoje possuírem valor elevado.
- C) Van Gogh ter tido vida interior muito rica e, mesmo assim, ter vivido fora dos desejados padrões sociais.
- D) não se poder falar da obra de Van Gogh, por esta ter atingido o que se entende por ápice e estar acima de todas as críticas.
- E) Van Gogh ter sido desprezado pelos seus contemporâneos e, ainda assim, ter influenciado sucessivas gerações de artistas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Significação de palavras e expressões

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 18ª / 2013 / FCC

Q4.

Cora Coralina, de Goiás

Este nome não inventei, existe mesmo, é de uma mulher que vive em Goiás: Cora Coralina.

Cora Coralina, tão gostoso pronunciar este nome, que começa aberto em rosa e depois desliza pelas entranhas do mar, surdinando música de sereias antigas e de Dona Janaína moderna.

Na estrada que é Cora Coralina passam o Brasil velho e o atual, passam as crianças e os miseráveis de hoje. O verso é simples, mas abrange a realidade vária. Escutemos: "Vive dentro de mim / uma cabocla velha / de mau olhado, / acocorada ao pé do borralho, / olhando pra o fogo." "Vive dentro de mim / a lavadeira do rio Vermelho. / Seu cheiro gostoso d'água e sabão." "Vive dentro de mim / a mulher cozinheira. / Pimenta e cebola. / Quitute bem feito." "Vive dentro de mim / a mulher proletária. / Bem linguaruda, / desabusada, sem preconceitos." "Vive dentro de mim / a mulher da vida. / Minha irmãzinha... / tão desprezada, / tão murmurada..."

Todas as vidas. E Cora Coralina as celebra com o mesmo sentimento de quem abençoa a vida. Ela se coloca junto aos humildes, defende-os com espontânea opção, exalta-os, venera-os. Sua consciência humanitária não é menor do que a sua consciência da natureza.

Assim é Cora Coralina – um ser geral, "coração inumerável", oferecido a estes seres que são outros tantos motivos de sua poesia: o menor abandonado, o pequeno delinquente, o presidiário, a mulher-da-vida. Voltando-se para o cenário goiano, tem poemas sobre a enxada, o pouso das boiadas, o trem de gado, os becos e sobrados, o prato azul-pombinho, último restante de majestoso aparelho de 92 peças, orgulho extinto da família.

Cora Coralina, um admirável brasileiro. Ela mesma se define: "Mulher sertaneja, livre, turbulenta, cultivadamente rude. Inserida na gleba. Mulher terra. Nos meus reservatórios secretos um vago sentido de analfabetismo." Opõe à morte "aleluias festivas e os sinos alegres da Ressurreição. Doceira fui e gosto de ter sido. Mulher operária".

Cora Coralina: gosto muito deste nome, que me invoca, me bouleversa, me hipnotiza, como no verso de Bandeira.

(Adaptado de: Carlos Drummond de Andrade. Publicado originalmente no Jornal do Brasil. Cad. B, 27.12.80. Cora Coralina. Vin-tém de cobre: meias confissões de Aninha. 8. ed. S.Paulo: Global, 2001. p. 8-11)

"Vive dentro de mim / uma cabocla velha / de mau olhado, / acocorada ao pé do borralho, / olhando pra o fogo." [...] "Vive dentro de mim / a mulher proletária. / Bem linguaruda, / desabusada, sem preconceitos." "Vive dentro de mim / a mulher da vida. / Minha irmãzinha... / tão desprezada, / tão murmurada..."

De acordo com o contexto, os elementos sublinhados no trecho acima têm, respectivamente, o sentido de:

- A) dobrada – malcriada – lastimosa.
- B) encostada – acanhada – renomada.
- C) agachada – avançada – mal amada.
- D) agachada – atrevida – mal falada.
- E) encostada – acanhada – mal falada.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Relações de sinonímia e de antonímia

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 1ª / 2013 / FCC

Q5.

Visão monumental

Nada superará a beleza, nem todos os ângulos retos da razão. Assim pensava o maior arquiteto e mais invocado sonhador do Brasil. Morto em 5 de dezembro de insuficiência respiratória, a dez dias de completar com uma festa, no Rio de Janeiro

onde morava, 105 anos de idade, Oscar Niemeyer propusera sua própria revolução arquitetônica baseado em uma interpretação do corpo da mulher.

Filho de fazendeiros, fora o único ateu e comunista da família, tendo ingressado no partido por inspiração de Luiz Carlos Prestes, em 1945. Como a agremiação partidária não correspondera a seu sonho, descolara-se dela, na companhia de seu líder, em 1990. "O comunismo resolve o problema da vida", acreditou até o fim. "Ele faz com que a vida seja mais justa. E isso é fundamental. Mas o ser humano, este continua desprotegido, entregue à sorte que o destino lhe impõe."

E desprotegido talvez pudesse se sentir um observador diante da monumentalidade que ele próprio idealizara para Brasília a partir do plano-piloto de Lucio Costa. Quem sabe seus museus, prédios governamentais e catedrais não tivessem mesmo sido construídos para ilustrar essa perplexidade? Ele acreditava incutir o ardor em quem experimentava suas construções. Bem disse Le Corbusier que Niemeyer tinha "as montanhas do Rio dentro dos olhos"; aquelas que um observador pode vislumbrar a partir do Museu de Arte Contemporânea de Niterói, um entre cerca de 500 projetos seus. Brasília, em que pese o sonho necessário, resultara em alguma decepção. Niemeyer vira a possibilidade de construir ali a imagem moderna do País. E como dizer que a cidade, ao fim, deixara de corresponder à modernidade empenhada? Houve um sonho monumental, e ele foi devidamente traduzido por Niemeyer. No Plano Central, construíra a identidade escultural do Brasil.

(Adaptado de Rosane Pavam. CartaCapital, 07/12/2012, www.cartacapital.com.br/sociedade/a-visao-monumental-2/)

Quem sabe seus museus, prédios governamentais e catedrais não tivessem mesmo sido construídos para ilustrar essa perplexidade? (3º parágrafo)

De acordo com o contexto, o sentido do elemento grifado acima pode ser adequadamente reproduzido por:

- A) descompasso.
- B) problemática.
- C) melancolia.
- D) estupefação.
- E) animosidade.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Ortografia

Fonte: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO / SEAD/AP / 2018 / FCC

Q6.

Contar histórias é o antecedente remoto da literatura, da história, das religiões e talvez, indiretamente, a locomotiva do progresso. A oralidade contribuiu de maneira decisiva para impulsionar a civilização da época das pinturas rupestres até a viagem dos homens às estrelas. Oralidade quer dizer pré-literatura, aquela que existia apenas graças à voz humana, antes que aparecesse a escrita.

Os contos, as histórias inventadas, davam mais vida aos nossos ancestrais, tiravam homens e mulheres das prisões asfiantes que eram suas vidas e os faziam viajar pelo espaço e pelo tempo e viver as vidas que não tinham nem nunca teriam em sua miúda e sucinta realidade. Sairmos de nós mesmos, sermos outros, graças à fantasia, nos entretém e enriquece. Mas, além disso, nos ensina como é pequeno o mundo real comparado com os mundos que somos capazes de fantasiar, e deste modo nos incita a agir para transformar nossos sonhos em realidade. O progresso nasceu assim, da insatisfação e do mal-estar com o mundo real que inspirava nos humanos a mesma ficção que os deleitava.

As histórias que inventamos constituem a vida secreta de todas as sociedades, aquela dimensão da existência que, embora nunca tenha tido chance de se realizar, foi de alguma forma vivida pelos seres humanos, na incerta realidade dos desejos, fantasias, pesadelos e invenções, de toda essa projeção da vida que não tivemos e por isso devemos inventá-la. Ela existiu sempre na memória das gentes, mas só a escrita a fixou e lhe deu permanência, muitos séculos depois de que nascesse, ao redor das fogueiras, quando nossos antepassados contavam-se histórias à noite para esquecer o medo do trovão, as aparições e os milhares de perigos que os espreitavam em qualquer parte.

(Adaptado de VARGAS LLOSA, Mario. Disponível em: www.brasil.elpais.com)

A oralidade contribuiu de maneira decisiva para impulsionar a civilização da época das pinturas rupestres até a viagem dos homens às estrelas. Oralidade quer dizer pré-literatura, aquela que existia apenas graças à voz humana [...] (1º parágrafo)

As frases acima estão articuladas com correção em um só período em:

- A) Contribuiu de maneira decisiva, para impulsionar a civilização da época das pinturas rupestres até a viagem dos homens às estrelas; a oralidade, à qual quer dizer pré-literatura, que existia apenas devido à voz humana.
- B) A oralidade, onde contribuiu de maneira decisiva, para impulsionar a civilização da época das pinturas rupestres até a viagem dos homens às estrelas quer dizer pré-literatura: existia apenas graças à voz humana.
- C) Existia graças apenas à voz humana a oralidade, à qual contribuiu de maneira decisiva para impulsionar a civilização da época das pinturas rupestres até a viagem dos homens às estrelas: oralidade quer dizer pré-literatura.
- D) Contribuindo, de maneira decisiva, para impulsionar a civilização, da época das pinturas rupestres à viagem dos homens às estrelas, a oralidade quer dizer pré-literatura, cuja existia graças à voz humana apenas.
- E) A oralidade, que quer dizer pré-literatura - aquela que existia apenas graças à voz humana -, contribuiu de maneira decisiva para impulsionar a civilização da época das pinturas rupestres até a viagem dos homens às estrelas.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Acentuação gráfica

Fonte: Técnico Judiciário - Administrativo / TRE/AP / 2011 / FCC

Q7.

Entre as frases que seguem, a única correta é:

- A) Ele se esqueceu de que?
- B) Era tão ruim aquele texto, que não deu para distribuí-lo entre os presentes.
- C) Embora devermos, não fomos excessivos nas críticas.
- D) O juiz nunca negou-se a atender às reivindicações dos funcionários.
- E) Não sei por que ele mereceria minha consideração.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Uso da crase

Fonte: Técnico Legislativo - Secretário / CLDF / 2018 / FCC

Q8.

“A primeira marca do príncipe soberano é o poder de dar lei a todos em geral, e a cada em particular. Mas isso não basta, e é necessário acrescentar: sem o consentimento de maior nem igual nem menor que ele.” “O soberano de uma República, seja ele uma assembleia ou um homem, não está absolutamente sujeito

I

leis civis. Pois tendo o poder de fazer ou desfazer as leis, pode, quando lhe apraz, livrar-se dessa sujeição revogando as leis que o incomodam e fazendo novas.”

A primeira destas frases é do francês Jean Bodin (1576). A segunda é de Thomas Hobbes (1651). Ambos conferem ao Príncipe legítimo uma potência (potestas) tal que o exercício do seu poder acha-se, como se vê, liberto de toda norma ou regra. E, para medirmos a inovação assim introduzida, basta recorrermos

II

frase de um teólogo do século XII: “A diferença entre o príncipe e o tirano é que o príncipe obedece à Lei e governa

III

seu povo em conformidade com o Direito.”

Preenchem corretamente as lacunas I, II e III do texto, na ordem dada:

- A) às – à – o
- B) às – a – ao
- C) as – à – ao
- D) às – a – o
- E) as – à – o

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Morfologia / Classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - SECRETÁRIO / CLDF / 2018 / FCC

Q9.

Uma noite destas, vindo da cidade para o Engenho Novo, encontrei num trem da Central um rapaz aqui do bairro, que eu conheço de vista e de chapéu. Cumprimentou-me, sentou-se ao pé de mim, falou da lua e dos ministros, e acabou recitando-me versos. A viagem era curta, e os versos pode ser que não fossem inteiramente maus. Sucedeu, porém, que como eu estava cansado, fechei os olhos três ou quatro vezes; tanto bastou para que ele interrompesse a leitura e metesse os versos no bolso.

– Continue, disse eu acordando.

– Já acabei, murmurou ele.

– São muito bonitos.

Vi-lhe fazer um gesto para tirá-los outra vez do bolso, mas não passou do gesto; estava amuado. No dia seguinte entrou a dizer de mim nomes feios, e acabou alcunhando-me Dom Casmurro. Os vizinhos, que não gostam dos meus hábitos reclusos e calados, deram curso à alcunha, que afinal pegou. Nem por isso me zanguei. Contei a anedota aos amigos da cidade, e eles, por graça, chamam-me assim, alguns em bilhetes: “Dom Casmurro, domingo vou jantar com você.” – “Vou para Petrópolis, dom Casmurro; a casa é a mesma da Renânia; vê se deixas essa caverna do Engenho Novo, e vai lá passar uns quinze dias comigo.” – “Meu caro dom Casmurro, não cuide que o dispense do teatro amanhã; venha e dormirá aqui na cidade; dou-lhe camarote, dou-lhe chá, dou-lhe cama; só não lhe dou moça.

Não consulte dicionários. Casmurro não está aqui no sentido que eles lhe dão, mas no que lhe pôs o vulgo de homem calado e metido consigo. Dom veio por ironia, para atribuir-me fumos de fidalgo. Tudo por estar cochilando! Também não achei melhor título para a minha narração; se não tiver outro daqui até ao fim do livro, vai este mesmo. O meu poeta do trem ficará sabendo que não lhe guardo rancor. E com pequeno esforço, sendo o título seu, poderá cuidar que a obra é sua. Há livros que apenas terão isso dos seus autores; alguns nem tanto.

(ASSIS, Machado de. Dom Casmurro. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 79-80.)

– **Casmurro não está aqui no sentido que eles lhe dão**, mas no que lhe pôs o vulgo de homem calado e metido consigo.

(6º parágrafo)

– O meu poeta do trem ficará sabendo que não **lhe** guardo rancor. (6º parágrafo)

Os pronomes destacados referem-se, respectivamente, a

- A) dicionários, Casmurro e rancor.
- B) vizinhos, Casmurro e poeta.
- C) dicionários, Casmurro e poeta.
- D) vizinhos, sentido e rancor.
- E) dicionários, sentido e poeta.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Funções do “que” e do “se”

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 12ª / 2013 / FCC

Q10.

As certezas sensíveis dão cor e concretude ao presente vivido. Na verdade, porém, o presente vivido é fruto de uma sofisticada mediação. O real tem um quê de ilusório e virtual.

Os órgãos sensoriais que nos ligam ao mundo são altamente seletivos naquilo que acolhem e transmitem ao cérebro. O olho humano, por exemplo, não é capaz de captar todo o espectro de energia eletromagnética existente. Os raios ultravioleta, situados fora do espectro visível do olho humano, são, no entanto, captados pelas abelhas.

Seletividade análoga preside a operação dos demais sentidos: cada um atua dentro de sua faixa de registro, ainda que o grau de sensibilidade dos indivíduos varie de acordo com idade, herança genética, treino e educação. Há mais coisas entre o céu e a terra do que nossos cinco sentidos – e todos os aparelhos científicos que lhes prestam serviços – são capazes de detectar.

Aquilo de que o nosso aparelho perceptivo nos faz conscientes não passa, portanto, de uma fração diminuta do que há. Mas o que aconteceria se tivéssemos de passar a lidar subitamente com uma gama extra e uma carga torrencial de percepções sensoriais (visuais, auditivas, táteis etc.) com as quais não estamos habituados? Suponha que uma mutação genética reduza drasticamente a seletividade natural dos nossos sentidos. O ganho de sensibilidade seria patente. “Se as portas da percepção se depurassem”, sugeria William Blake, “tudo se revelaria ao homem tal qual é, infinito”.

O grande problema é saber se estaríamos aptos a assimilar o formidável acréscimo de informação sensível que isso acarretaria. O mais provável é que essa súbita mutação – a desobstrução das portas e órgãos da percepção – produzisse não a revelação mística imaginada por Blake, mas um terrível engarrafamento cerebral: uma sobrecarga de informações acompanhada de um estado de aguda confusão e perplexidade do qual apenas lentamente conseguiríamos nos recuperar. As informações sensíveis a que temos acesso, embora restritas, não comprometeram nossa sobrevivência no laboratório da vida. Longe disso. É a brutal seletividade dos nossos sentidos que nos protege da infinita complexidade do Universo. Se o muro desaba, o caos impera.

(Adaptado de: Eduardo Gianetti, O valor do amanhã, São Paulo, Cia. das Letras, 2010. p. 139-143)

As informações sensíveis a que temos acesso, embora restritas, não comprometeram nossa sobrevivência no laboratório da vida. (5º parágrafo)

Mantendo-se a correção e a lógica, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase acima, o elemento sublinhado pode ser corretamente substituído por:

- A) conquanto.
- B) contanto que.
- C) entretanto.
- D) porém.
- E) no entanto.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Domínio dos mecanismos de coesão textual / Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - SECRETÁRIO / CLDF / 2018 / FCC

Q11.

Uma noite destas, vindo da cidade para o Engenho Novo, encontrei num trem da Central um rapaz aqui do bairro, que eu conheço de vista e de chapéu. Cumprimentou-me, sentou-se ao pé de mim, falou da lua e dos ministros, e acabou recitando-me versos. A viagem era curta, e os versos pode ser que não fossem inteiramente maus. Sucedeu, porém, que como eu estava cansado,

fechei os olhos três ou quatro vezes; tanto bastou para que ele interrompesse a leitura e metesse os versos no bolso.

– Continue, disse eu acordando.

– Já acabei, murmurou ele.

– São muito bonitos.

Vi-lhe fazer um gesto para tirá-los outra vez do bolso, mas não passou do gesto; estava amuado. No dia seguinte entrou a dizer de mim nomes feios, e acabou alcunhando-me Dom Casmurro. Os vizinhos, que não gostam dos meus hábitos reclusos e calados, deram curso à alcunha, que afinal pegou. Nem por isso me zanguiei. Conteí a anedota aos amigos da cidade, e eles, por graça, chamam-me assim, alguns em bilhetes: “Dom Casmurro, domingo vou jantar com você.” – “Vou para Petrópolis, dom Casmurro; a casa é a mesma da Renânia; vê se deixas essa caverna do Engenho Novo, e vai lá passar uns quinze dias comigo.” – “Meu caro dom Casmurro, não cuide que o dispense do teatro amanhã; venha e dormirá aqui na cidade; dou-lhe camarote, dou-lhe chá, dou-lhe cama; só não lhe dou moça.

Não consultes dicionários. Casmurro não está aqui no sentido que eles lhe dão, mas no que lhe pôs o vulgo de homem calado e metido consigo. Dom veio por ironia, para atribuir-me fumos de fidalgo. Tudo por estar cochilando! Também não achei melhor título para a minha narração; se não tiver outro daqui até ao fim do livro, vai este mesmo. O meu poeta do trem ficará sabendo que não lhe guardo rancor. E com pequeno esforço, sendo o título seu, poderá cuidar que a obra é sua. Há livros que apenas terão isso dos seus autores; alguns nem tanto.

(ASSIS, Machado de. Dom Casmurro. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 79-80.)

– **No dia seguinte entrou a dizer de mim nomes feios, e acabou alcunhando-me Dom Casmurro** (5º parágrafo)

– Conteí **a** anedota aos amigos da cidade (5º parágrafo)

– Meu caro dom Casmurro, não cuide que **o** dispense do teatro amanhã (5º parágrafo)

Nos trechos transcritos, os termos destacados constituem, respectivamente,

- A) pronome, artigo e artigo.
- B) artigo, artigo e pronome.
- C) preposição, preposição e pronome.
- D) artigo, preposição e artigo.
- E) preposição, artigo e pronome.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Domínio dos mecanismos de coesão textual / Emprego de tempos e modos verbais

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - SECRETÁRIO / CLDF / 2018 / FCC

Q12.

Uma noite destas, vindo da cidade para o Engenho Novo, encontrei num trem da Central um rapaz aqui do bairro, que eu conheço de vista e de chapéu. Cumprimentou-me, sentou-se ao pé de mim, falou da lua e dos ministros, e acabou recitando-me versos. A viagem era curta, e os versos pode ser que não fossem inteiramente maus. Sucedeu, porém, que como eu estava cansado, fechei os olhos três ou quatro vezes; tanto bastou para que ele interrompesse a leitura e metesse os versos no bolso.

– Continue, disse eu acordando.

– Já acabei, murmurou ele.

– São muito bonitos.

Vi-lhe fazer um gesto para tirá-los outra vez do bolso, mas não passou do gesto; estava amuado. No dia seguinte entrou a dizer de mim nomes feios, e acabou alcunhando-me Dom Casmurro. Os vizinhos, que não gostam dos meus hábitos reclusos e calados, deram curso à alcunha, que afinal pegou. Nem por isso me zanguiei. Conteí a anedota aos amigos da cidade, e eles, por graça, chamam-me assim, alguns em bilhetes: “Dom Casmurro, domingo vou jantar com você.” – “Vou para Petrópolis, dom Casmurro; a casa é a mesma da Renânia; vê se deixas essa caverna do Engenho Novo, e vai lá passar uns quinze dias comigo.” – “Meu caro dom Casmurro, não cuide que o dispense do teatro amanhã; venha e dormirá aqui na cidade; dou-lhe camarote, dou-lhe chá, dou-lhe cama; só não lhe dou moça.

Não consultes dicionários. Casmurro não está aqui no sentido que eles lhe dão, mas no que lhe pôs o vulgo de homem calado e metido consigo. Dom veio por ironia, para atribuir-me fumos de fidalgo. Tudo por estar cochilando! Também não achei melhor título para a minha narração; se não tiver outro daqui até ao fim do livro, vai este mesmo. O meu poeta do trem ficará sabendo que não lhe guardo rancor. E com pequeno esforço, sendo o título seu, poderá cuidar que a obra é sua. Há livros que apenas terão isso dos seus autores; alguns nem tanto.

(ASSIS, Machado de. Dom Casmurro. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 79-80.)

O verbo destacado deve sua flexão ao termo sublinhado em:

- A) **No dia seguinte entrou a dizer de mim nomes feios, e acabou** alcunhando-me Dom Casmurro (5º parágrafo)
- B) **Os vizinhos, que não gostam dos meus hábitos reclusos e calados, deram** curso à alcunha, que afinal pegou (5º parágrafo)

- C) **Casmurro não está aqui no sentido que eles lhe dão, mas no que lhe pôs** o vulgo de homem calado e metido consigo (6º parágrafo)
- D) **Meu caro dom Casmurro, não cuide** que o dispenso do teatro amanhã (5º parágrafo)
- E) **E com pequeno esforço, sendo o título seu, poderá** cuidar que a obra é sua (6º parágrafo)

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Domínio dos mecanismos de coerência textual

Fonte: AGENTE DE APOIO - ADMINISTRATIVO / MPE/AM / 2013 / FCC

Q13.

A carta abaixo foi escrita por uma detenta da Penitenciária Feminina da cidade paulista de Ribeirão Preto. Redigida no contexto do Programa Liberdade Consciente, ali implementado, ela foi analisada em estudo linguístico cujas referências se apresentam após a carta.

Ribeirão Preto 28.12.04

Eu S1 nascida em 23.11. [...] Se você escreve tudo daria um livro mais vou fala so um pouco de mim.

Quando nasci meus pais morava no Paraná fiquei la ate a idade de 5 anos, aí viemos para o interior de S.P. ate a idade de 14 anos eu fui uma menina que trabalhava na rossa era crente aí meus pais resolveram a se muda para Campinas é a cidade que vivo ate hoje aí foi que tudo começou comecei a trabalha de domestica comesei a conhecer outro tipo de pessoas que era muito deferente da minha vidinha da rossa, comecei a sair de noite, conhecer rapazes, deferente, bom resumindo, fui mãe com 20 anos, fui pra cadeia com 23 – 1973, sai com 30 – 1981, eu queria volta a viver mais a sociedade não deixou não tive medo continuei na luta, ate de boia fria eu tentei até que um dia fui trabalha de camareine em um hotel perto da rodoviária, isso foi em 1989, aí fui preza outra vez daí para cá so deu desaserto na minha vida.

Hoje sou uma mulher feliz apesar do lugar. tenho 5 filhos lindos, adotei uma criança levei para a minha casa com 17 dias de nascida hoje ela tem 6 aninho ela tem um pequeno problema que, para os homens é difício mais para Deus não é nada eu confio nele e sei um dia eu e minha fé vamos venser, minha filhinha faz tratamento na unikanpi no hospital das Crinicas em Campinas ela se chama M. nos vamos venser se Deus quizer e ele quer como disse se for fala minha vida da um livro. eu amo meus filhos meus netos que são, cozinha mais linda da minha vida mais tenho um carinho especial pela a minha M. Deixei o mundo sujo que vivi a maior parte da minha vida pela M. quando sai daqui quero volta a cuida dela como sempre fiz.

(SAVENHAGO, Igor José Siquieri. Análise discursiva de cartas da prisão: uma discussão sobre ciência e saberes. Todas as Letras. São Paulo: Editora da UPM, v. 14, S, n. 1, 2012, p. 130-131)

Considere:

I. é a cidade que vivo ate hoje

O elemento acima destacado

- A) respeita os ditames do padrão escrito culto do português do Brasil.
- B) pode ser substituído por “aonde”, preservando o sentido original e a correção gramatical.
- C) pode ser substituído por “em que”, preservando o sentido original e a correção gramatical.
- D) é equivalente, por força de seu sentido no contexto, a “conforme”.
- E) está apropriado às regras gramaticais, mas deveria contar com o reforço de “nela”: “que vivo nela”.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Reescrita de frases e parágrafos do texto

Fonte: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO / SEAD/AP / 2018 / FCC

Q14.

Conversa sobre o liberalismo

O liberalismo promoveu uma ideia curiosa: para fazer a felicidade de todos (ou, ao menos, da maioria), não seria necessário decidir qual é o bem comum e, logo, impor aos cidadãos que se esforçassem para realizá-lo. Seria suficiente que cada um se preocupasse com seus interesses e seu bem-estar. Essa atitude espontânea garantiria o melhor mundo possível para todos. Afinal, nenhum malandro seria tolo a ponto de perseguir seu interesse particular de maneira excessiva, pois isso comprometeria o bem-estar dos outros e produziria conflitos que reverteriam contra o suposto malandro.

Ora, o liberalismo, aparentemente, pegou pra valer. Não paro de encontrar pessoas convencidas de que, cuidando só de seus interesses, elas, no mínimo, não fazem mal a ninguém. O caso seguinte ilustra o que digo.

Converso com o moço que dirige o táxi. Falamos de perspectivas políticas. Ele está indignado com a corrupção das altas e das baixas esferas da política, convencido de que, não fossem os ladrões, o país avançaria e resolveríamos todos os nossos problemas. Concorde, mas aponto que, mesmo calculando generosamente, o dinheiro que some na corrupção não seria suficiente para mudar o Brasil. Sem dúvida, deve ser bem inferior ao dinheiro que o governo deixa de arrecadar por causa da sonegação banal: rendas não declaradas, notas fiscais que só aparecem sob pedido e por aí vai. Pergunto-lhe então quanto ele paga de Imposto de Renda. Ganho

a famosa resposta: "Não adianta pagar, porque nada volta para a gente." Alego que não adianta esperar que algo volte se a gente não paga.

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. Terra de ninguém. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 252-253)

Não paro de encontrar pessoas convencidas de que, cuidando só de seus interesses, elas, no mínimo, não fazem mal a ninguém.

A frase acima ganha uma nova, coerente e correta redação no seguinte caso: Não paro de encontrar pessoas

- A) certas de que, preservando apenas o que lhes interessa, elas, pelo menos, não trazem prejuízo a ninguém.
- B) inteiradas de que ao tratar só dos seus interesses, não se esperem delas nem mesmo que possam prejudicar alguém.
- C) convictas quanto ao fato de que, por cuidarem delas exclusivamente, não impliquem no mal de quaisquer outros.
- D) em cujas certezas está que, pelo fato de preservar seus próprios interesses, não acarretam de qualquer malefício a outrem.
- E) presumidas da certeza segundo a qual nenhum mal efeito é proporcionado por quem se restringe às suas próprias necessidades.

Esse material não podera ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Sintaxe / Relações sintático-semânticas estabelecidas na oração e entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação)

Fonte: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO / SEAD/AP / 2018 / FCC

Q15.

Contar histórias é o antecedente remoto da literatura, da história, das religiões e talvez, indiretamente, a locomotiva do progresso. A oralidade contribuiu de maneira decisiva para impulsionar a civilização da época das pinturas rupestres até a viagem dos homens às estrelas. Oralidade quer dizer pré-literatura, aquela que existia apenas graças à voz humana, antes que aparecesse a escrita.

Os contos, as histórias inventadas, davam mais vida aos nossos ancestrais, tiravam homens e mulheres das prisões asfixiantes que eram suas vidas e os faziam viajar pelo espaço e pelo tempo e viver as vidas que não tinham nem nunca teriam em sua miúda e sucinta realidade. Sairmos de nós mesmos, sermos outros, graças à fantasia, nos entretém e enriquece. Mas, além disso, nos ensina como é pequeno o mundo real comparado com os mundos que somos capazes de fantasiar, e deste modo nos incita a agir para transformar nossos sonhos em realidade. O progresso nasceu assim, da insatisfação e do mal-estar com o mundo real que inspirava nos humanos a mesma ficção que os deleitava.

As histórias que inventamos constituem a vida secreta de todas as sociedades, aquela dimensão da existência que, embora nunca tenha tido chance de se realizar, foi de alguma forma vivida pelos seres humanos, na incerta realidade dos desejos, fantasias, pesadelos e invenções, de toda essa projeção da vida que não tivemos e por isso devemos inventá-la. Ela existiu sempre na memória das gentes, mas só a escrita a fixou e lhe deu permanência, muitos séculos depois de que nascesse, ao redor das fogueiras, quando nossos antepassados contavam-se histórias à noite para esquecer o medo do trovão, as aparições e os milhares de perigos que os espreitavam em qualquer parte.

(Adaptado de VARGAS LLOSA, Mario. Disponível em: www.brasil.elpais.com)

Considere as afirmativas abaixo.

I . No segmento ... e os milhares de perigos que os espreitavam em qualquer parte (final do texto), o elemento sublinhado refere-se a "perigos".

II . Em ... aquela dimensão da existência que, embora nunca tenha tido chance de se realizar, foi de alguma forma vivida... (3º parágrafo), as vírgulas isolam um segmento de valor concessivo.

III . Em Os contos, as histórias inventadas, davam mais vida aos nossos ancestrais... (2º parágrafo), as vírgulas isolam o predicativo do sujeito.

Está correto o que consta de

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II, apenas.
- E) II e III, apenas.

Língua Portuguesa / Concordância verbal e nominal

Fonte: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO / SEAD/AP / 2018 / FCC

Q16.

Uma placa com 13 versos de uma rapsódia da Odisseia gravados, que,

I

(poder) ser uma das inscrições mais antigas do poema de Homero, foi encontrada recentemente em Olímpia, no Peloponeso. Segundo as estimativas dos arqueólogos, a tábua de argila

II

(ser) do século 3 d.C. Primeiro transmitida oralmente, a epopeia atribuída a Homero, que

III

(compor) a Ilíada e a Odisseia no fim do século 8 a.C., foi transcrita antes da era cristã em rolos antigos, dos quais só restam alguns fragmentos encontrados no Egito.

(Adaptado de: cultura.estadao.com.br)

Considerando a correção e o teor hipotético do que se afirma no texto, preenchem corretamente as lacunas I, II e III acima, na ordem dada:

- A) poderia - seria - teria composto
- B) pudessem - seriam - teria composto
- C) poderia - fosse - tenham composto
- D) podia - fosse - tinham composto
- E) pudessem - seria - tenha composto

Língua Portuguesa / Regência verbal e nominal; Locuções verbais (perífrases verbais)

Fonte: AGENTE DE APOIO - ADMINISTRATIVO / MPE/AM / 2013 / FCC

Q17.

A mulher do vizinho

Contaram-me que, na rua onde mora (ou morava) um conhecido e antipático general de nosso Exército, morava (ou mora) também um sueco cujos filhos passavam o dia jogando futebol com bola de meia. Ora, às vezes acontecia cair a bola no carro do general e um dia o general acabou perdendo a paciência, pediu ao delegado do bairro que desse um jeito nos filhos do sueco. O delegado resolveu passar uma chamada no homem, e intimou-o a comparecer à delegacia.

O sueco era tímido, meio descuidado no vestir e pelo aspecto não parecia ser um importante industrial, dono de grande fábrica de papel (ou coisa parecida), que realmente ele era. Obedecendo a ordem recebida, compareceu em companhia da mulher à delegacia e ouviu calado tudo o que o delegado tinha a dizer-lhe. O delegado tinha a dizer-lhe o seguinte:

– O senhor pensa que só porque o deixaram morar neste país pode logo ir fazendo o que quer? Nunca ouviu falar numa coisa chamada AUTORIDADES CONSTITUÍDAS? Não sabe que tem de conhecer as leis do país? Não sabe que existe uma coisa chamada EXÉRCITO BRASILEIRO que o senhor tem de respeitar? Que negócio é este? Então é ir chegando assim sem mais nem menos e fazendo o que bem entende, como se isso aqui fosse casa da sogra? Eu ensino o senhor a cumprir a lei, ali no duro: dura lex! Seus filhos são uns moleques e outra vez que eu souber que andaram incomodando o general, vai tudo em cana. Morou? Sei como tratar gringos feito o senhor.

Tudo isso com voz pausada, reclinado para trás, sob o olhar de aprovação do escrivão a um canto. O sueco pediu (com delicadeza) licença para se retirar. Foi então que a mulher do sueco interveio:

– Era tudo que o senhor tinha a dizer a meu marido?

O delegado apenas olhou-a espantado com o atrevimento.

– Pois então fique sabendo que eu também sei tratar tipos como o senhor. Meu marido não é gringo nem meus filhos são moleques. Se por acaso incomodaram o general, ele que viesse falar comigo, pois o senhor também está nos incomodando. E fique sabendo que sou brasileira, sou prima de um major do Exército, sobrinha de um coronel, E FILHA DE UM GENERAL! Morou? Estarrecido, o delegado só teve forças para engolir em seco e balbuciar humildemente:

– Da ativa, minha senhora?

E ante a confirmação, voltou-se para o escrivão, erguendo os braços desalentado:

– Da ativa, Motinha! Sai dessa...

(Fernando Sabino. A mulher do vizinho. Rio de Janeiro: Record, 1991)

... pediu ao delegado do bairro que desse um jeito nos filhos do sueco.

O verbo que exige, no contexto, o mesmo tipo de complementos que o grifado acima está empregado em:

- A) ... que existe uma coisa chamada EXÉRCITO...
- B) ... como se isso aqui fosse casa da sogra.
- C) ... compareceu em companhia da mulher à delegacia...
- D) Eu ensino o senhor a cumprir a lei, ali no duro...
- E) O delegado apenas olhou-a espantado com o atrevimento.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Colocação pronominal

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 18ª / 2013 / FCC

Q18.

Cora Coralina, de Goiás

Este nome não inventei, existe mesmo, é de uma mulher que vive em Goiás: Cora Coralina.

Cora Coralina, tão gostoso pronunciar este nome, que começa aberto em rosa e depois desliza pelas entranhas do mar, surdinando música de sereias antigas e de Dona Janaína moderna.

Na estrada que é Cora Coralina passam o Brasil velho e o atual, passam as crianças e os miseráveis de hoje. O verso é simples, mas abrange a realidade vária. Escutemos: “Vive dentro de mim / uma cabocla velha / de mau olhado, / acocorada ao pé do borralho, / olhando pra o fogo.” “Vive dentro de mim / a lavadeira do rio Vermelho. / Seu cheiro gostoso d’água e sabão.” “Vive dentro de mim / a mulher cozinheira. / Pimenta e cebola. / Quitute bem feito.” “Vive dentro de mim / a mulher proletária. / Bem linguaruda, / desabusada, sem preconceitos.” “Vive dentro de mim / a mulher da vida. / Minha irmãzinha... / tão desprezada, / tão murmurada...”

Todas as vidas. E Cora Coralina as celebra com o mesmo sentimento de quem abençoa a vida. Ela se coloca junto aos humildes, defende-os com espontânea opção, exalta-os, venera-os. Sua consciência humanitária não é menor do que a sua consciência da natureza.

Assim é Cora Coralina – um ser geral, “coração inumerável”, oferecido a estes seres que são outros tantos motivos de sua poesia: o menor abandonado, o pequeno delinquente, o presidiário, a mulher-da-vida. Voltando-se para o cenário goiano, tem poemas sobre a enxada, o pouso das boiadas, o trem de gado, os becos e sobrados, o prato azul-pombinho, último restante de majestoso aparelho de 92 peças, orgulho extinto da família.

Cora Coralina, um admirável brasileiro. Ela mesma se define: “Mulher sertaneja, livre, turbulenta, cultivadamente rude. Inserida na gleba. Mulher terra. Nos meus reservatórios secretos um vago sentido de analfabetismo.” Opõe à morte “aleluias festivas e os sinos alegres da Ressurreição. Doceira fui e gosto de ter sido. Mulher operária”.

Cora Coralina: gosto muito deste nome, que me invoca, me bouleversa, me hipnotiza, como no verso de Bandeira.

(Adaptado de: Carlos Drummond de Andrade. Publicado originalmente no Jornal do Brasil. Cad. B, 27.12.80. Cora Coralina. Vin-tém de cobre: meias confissões de Aninha. 8. ed. S.Paulo: Global, 2001. p. 8-11)

tão gostoso pronunciar este nome – sentimento de quem abençoa a vida – Opõe à morte aleluias festivas

A substituição dos elementos grifados acima pelos pronomes correspondentes, com os necessários ajustes, foi realizada corretamente em:

- A) tão gostoso pronunciá-lo – sentimento de quem a abençoa – Opõe-lhe aleluias festivas.
- B) tão gostoso pronunciar-lhe – sentimento de quem abençoa-a – Lhe opõe aleluias festivas.
- C) tão gostoso pronunciá-lo – sentimento de quem abençoa-lhe – Opõe-na aleluias festivas.
- D) tão gostoso o pronunciar – sentimento de quem a abençoa – A opõe aleluias festivas.
- E) tão gostoso lhe pronunciar – sentimento de quem lhe abençoa – Opõe-na aleluias festivas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto

Fonte: TÉCNICO MINISTERIAL - ÁREA ADMINISTRATIVA / MPE/PE / 2018 / FCC

Q19.

Presente para Maria da Graça

Quando ela chegou à idade avançada de quinze anos eu lhe dei de presente o livro Alice no País das Maravilhas. Esse livro é doído, Maria da Graça. Isto é: o sentido dele está em ti.

Escuta: se não descobrires algum sentido que há em toda loucura acabarás louca. Aprende, pois, logo de saída para a grande vida, a ler esse livro como um simples manual do sentido evidente de todas as coisas, inclusive as loucuras. A realidade, Maria, é louca.

Não te espantes quando o mundo amanhecer irreconhecível. Para melhor ou pior, isso acontece muitas vezes por ano. “Quem sou eu neste mundo?” Essa indagação perplexa é o lugar-comum de toda história de gente. Quantas vezes mais decifrares essa charada, tão enigmática em ti mesma como os teus ossos, mais forte ficarás. Não importa qual seja a resposta: o importante é dar ou inventar uma resposta. Ainda que seja mentira.

Os homens vivem apostando corrida, Maria. Nos escritórios, nos negócios, na política, todos vivem apostando corrida. São competições tão confusas, tão cheias de truques, tão desnecessárias que, quando os corredores chegam exaustos a um ponto costumam perguntar: “Quem ganhou?” Bobagem, Maria. Há mais sentido nas saudáveis loucuras da nossa imaginação do que na seriedade que atribuímos a algumas bobagens que chamamos de “realidade”.

(Adaptado de: CAMPOS, Paulo Mendes. O amor acaba. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 191-192)

Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- A) Não é comum note-se bem, que alguém considere a loucura, para além da mera insanidade, vendo nela uma possibilidade criativa embora pouco explorada, da nossa imaginação.
- B) Não é comum - note-se bem - que alguém considere, a loucura, para além da mera insanidade: vendo nela uma possibilidade criativa, embora pouco explorada, da nossa imaginação.
- C) Não é comum, note-se bem, que alguém considere a loucura, para além da mera insanidade, vendo nela, uma possibilidade criativa embora pouco explorada, da nossa imaginação.
- D) Não é comum: note-se bem que alguém considere a loucura, para além da mera insanidade, vendo nela uma possibilidade criativa - embora pouco explorada da nossa imaginação.
- E) Não é comum, note-se bem, que alguém considere a loucura para além da mera insanidade, vendo nela uma possibilidade criativa, embora pouco explorada, da nossa imaginação.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Variação linguística

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 1ª / 2013 / FCC

Q20.

Cada um fala como quer, ou como pode, ou como acha que pode. Ainda ontem me diverti este trechinho de crônica do escritor mineiro Humberto Werneck, de seu livro Esse inferno vai acabar:

“– Meu cabelo está pendoando – anuncia a prima, apalpando as melenas.

Tenho anos, décadas de Solange, mas confesso que ela, com o seu solangês, às vezes me pega desprevenido.

– Seu cabelo está o quê?

– *Pendoando* – *insiste ela, e, com a paciência de quem explica algo elementar a um total ignorante, traduz:*

– *Bifurcando nas extremidades.*

É assim a Solange, criatura para a qual ninguém morre, mas falece, e, quando sobrevém esse infausto acontecimento, tem seu corpo acondicionado num ataúde, num esquife, num féretro, para ser inumado em alguma necrópole, ou, mais recentemente, incinerado em crematório. Cabelo de gente assim não se torna vulgarmente quebradiço: pendoa.”

Isso me fez lembrar uma visita que recebemos em casa, eu ainda menino. Amigas da família, mãe e filha adolescente vieram tomar um lanche conosco. D. Glorinha, a mãe, achava meu pai um homem intelectualizado e caprichava no vocabulário. A certa altura pediu ela a mim, que estava sentado numa extremidade da mesa:

– *Querido, pode alcançar-me uma côdea desse pão?*

– *Por falta de preparo linguístico não sabia como atender a seu pedido. Socorreu-me a filha adolescente:*

– *Ela quer uma casquinha do pão. Ela fala sempre assim na casa dos outros.*

– *A mãe ficou vermelha, isto é, ruborizou, enrubesceu, rubificou, e olhou a filha com reprovação, isto é, dardejou-a com olhos censórios.*

Veja-se, para concluir, mais um trechinho do Werneck:

“Você pode achar que estou sendo implicante, metido a policial a linguagem alheia. Brasileiro é assim mesmo, adora embonitar a conversa para impressionar os outros. Sei disso. Eu próprio já andei escrevendo sobre o que chamei de ruibarbosismo: o uso de palavreado rebarbativo como forma de, numa discussão, reduzir ao silêncio o interlocutor ignaro. Uma espécie de gás paralisante verbal.”

(Cândido Barbosa Filho, inédito)

No contexto, as frases *Meu cabelo está pendoando* e *pode alcançar-me uma côdea desse pão* constituem casos de

- A) usos opostos de linguagem, já que a completa informalidade da primeira contrasta com a formalidade da segunda.
- B) usos similares de linguagem, pois em ambas o intento é valorizar o emprego de vocabulário pouco usual.
- C) intenção didática, já que ambas são utilizadas para exemplificar o que seja uma má construção gramatical.
- D) usos similares de linguagem, pois predomina em ambas o interesse pela exatidão e objetividade da comunicação.
- E) usos opostos de linguagem, pois a perfeita correção gramatical de uma contrasta com os deslizes da outra.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Raciocínio Lógico e Matemático / Lógica e Raciocínio Lógico / Problemas envolvendo lógica e raciocínio lógico; Proposições e conectivos; Valores lógicos das proposições; Conectivos

Fonte: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO / SEAD/AP / 2018 / FCC

Q21.

Uma doceria produziu 165 brigadeiros que precisam ser acondicionados em caixas que comportam 12 brigadeiros ou em caixas que comportam 10 brigadeiros, de modo que se tenham, pelo menos, 5 caixas de cada tamanho. Não se devem usar caixas que não estejam completas; a produção excedente será descartada. Se a distribuição dos brigadeiros nas caixas que resulta no menor descarte utiliza “a” caixas de 12 e “b” caixas de 10, então $a - b$ é igual a

- A) 2.
- B) -3.
- C) -5.
- D) -1.
- E) 4.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Fonte: TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL / INSS / 2012 / FCC

Q22.

Abaixo estão listadas cinco proposições a respeito de Maria, Luís, Paula e Raul, sendo que, entre parênteses, está indicado se a proposição é verdadeira (V), ou falsa (F).

- Maria tem 20 anos de idade (F).
- Luís é marido de Maria (V).
- Paula é irmã caçula de Maria (F).
- Raul é filho natural de Luís (V).
- Luís já foi casado duas vezes (V).

Das informações do enunciado, é correto afirmar que:

- A) Paula é tia de Raul.
- B) Luís é mais novo do que Maria.
- C) Paula tem mais do que 20 anos.
- D) Raul é mais novo do que Luís.
- E) Luís é mais velho do que Maria.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico e Matemático / Operações lógicas sobre proposições / Negação de uma proposição; Conjugação de duas proposições; Disjunção de duas proposições; Proposição condicional; Proposição bicondicional; Tautologias e contradições: definição de tautologia; definição de contradição; Álgebra das proposições: propriedade idempotente; Propriedade comutativa; Propriedade associativa; Propriedade distributiva; Propriedade de absorção; Conjunto-verdade; Leis de Morgan

Fonte: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO / SEAD/AP / 2018 / FCC

Q23.

Todo domingo, se não chove, Fernanda passeia. Se não é domingo ou faz frio, Vanessa não usa sua bicicleta. Sempre que chove, André leva consigo um guarda-chuva. Assim, se Vanessa usa sua bicicleta e André não leva consigo um guarda-chuva,

- A) é domingo e faz frio.
- B) é domingo e chove.
- C) faz frio e Fernanda passeia.
- D) não chove e Fernanda não passeia.
- E) não faz frio e Fernanda passeia.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico e Matemático / Equivalência lógica / Equivalência lógica; Propriedades da relação de equivalência lógica; Implicação lógica; Princípio de substituição; Propriedade da implicação lógica

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - SECRETÁRIO / CLDF / 2018 / FCC

Q24.

O ISBN (International Standard Book Number) é um sistema internacional de identificação de livros e softwares, que utiliza números para classificá-los por título, autor, país, editora e edição. Atualmente, consiste em um código de treze dígitos, que funciona como um “documento de identidade” da obra e que pode ser associado a um código de barras, como ilustrado na imagem abaixo.



Dos treze dígitos do ISBN, o último é um dígito verificador, que tem a finalidade de permitir a detecção de erros de digitação. O 13º dígito do ISBN é calculado da seguinte forma:

- Passo 1: Cada um dos doze primeiros dígitos é multiplicado por 1 ou por 3, alternadamente (começando com o fator 1).
- Passo 2: Os produtos do passo 1 são somados.
- Passo 3: Calcula-se o resto deixado por essa soma na divisão por 10.
- Passo 4: Toma-se a diferença entre 10 e esse resto, a menos que o resto seja zero. Nesse caso, o próprio zero é tomado como dígito verificador.

Suponha que, no sistema de uma dada biblioteca, o ISBN exibido acima seja digitado com um único erro: a troca de posições entre o 7º e o 8º dígito. Nesse caso, o sistema calcularia o dígito verificador a partir dos doze primeiros dígitos e acusaria o problema, pois, em vez de 5, o valor esperado para esse último dígito seria

- A) 7.
- B) 2.
- C) 5.
- D) 0.
- E) 9.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Estado, governo e administração pública / Conceitos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVO / TRE/SP / 2012 / FCC

Q25.

Em seu sentido subjetivo, a administração pública pode ser definida como

- A) a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob o regime de direito público, para a realização dos interesses coletivos.
- B) o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas ao qual a Lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.
- C) os órgãos ligados diretamente ao poder central, federal, estadual ou municipal. São os próprios organismos dirigentes, seus ministérios e secretarias.
- D) as entidades com personalidade jurídica própria, que foram criadas para realizar atividades de Governo de forma descentralizada. São exemplos as Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.
- E) as entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, se federal, criadas para exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Estado, governo e administração pública / Elementos, poderes e organização

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVO / TRE/TO / 2011 / FCC

Q26.

Considerando a Organização Administrativa Brasileira, é correto afirmar que

- A) a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios são entidades estatais.
- B) o Brasil é uma confederação formada pela união indissolúvel dos Estados-membros, dos Municípios e do Distrito Federal.
- C) os poderes e competências dos Municípios são delimitados por ato do Presidente da República.
- D) as empresas públicas e as sociedades de economia mista integram a administração direta da União, dos Estados-membros e dos Municípios.
- E) Os Ministérios são órgãos autônomos, unipessoais, integrantes da administração indireta, porém vinculados à Presidência da República.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Estado, governo e administração pública / Princípios

Fonte: ESPECIALISTA NA EDUCAÇÃO - ADMINISTRADOR / Prefeitura de Macapá/AP / 2018 / FCC

Q27.

A União, em matéria de educação, tem responsabilidades partilhadas com Estados e Municípios. Além de organizar e manter o sistema federal de ensino, deve atuar na função redistributiva e supletiva. A função redistributiva está baseada no princípio da

- A) equidade
- B) acessibilidade.
- C) legalidade.
- D) simetria.
- E) isonomia.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 15ª / 2018 / FCC

Q28.

Os princípios da legalidade, moralidade, eficiência, dentre outros, informam a atuação da Administração pública, servindo também de parâmetro para o controle de seus atos. O Tribunal de Contas, no exercício desse controle, fiscaliza os atos da Administração pública sob o prisma da

- A) legalidade, exclusivamente, considerando que não lhe é dado analisar as razões de mérito dos atos e contratos celebrados.
- B) supremacia do interesse público, pois a atuação da Administração pública, quando diante dos interesses privados, sempre se sobrepõe, o que lhe permite a adoção de medidas e realização de atos não expressamente previstos em lei ou contrato.
- C) moralidade e legalidade, não lhe sendo permitido, contudo, nenhuma atuação para suspender atos praticados pela Administração pública.
- D) economicidade dos atos e negócios praticados pela Administração pública, o que envolve análise de mérito, ainda que devam ser respeitados os parâmetros do que constitui essencialmente o juízo discricionário legítimo.
- E) discricionariedade, diante da existência de vícios de legalidade, o que possibilita a sustação de atos praticados pela Administração pública, independentemente dos resultados obtidos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Organização administrativa da União / Administração direta e indireta

Fonte: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO / SEAD/AP / 2018 / FCC

Q29.

As sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica

- A) editam atos administrativos e celebram contratos administrativos, independentemente de sua área de atuação, pois se submetem a regime jurídico de direito público, ainda que se trate de pessoas jurídicas de direito privado, na medida em que integram a Administração pública indireta.
- B) submetem-se a regime jurídico integralmente de direito privado, não lhes sendo exigida a submissão a normas e princípios de direito público, sob pena de inviabilizar sua participação em igualdade de competição no mercado.
- C) devem ter previsão em seus estatutos sobre o regime jurídico a que se sujeitam, público ou privado, o que as predará para participação no mercado em igualdade de competição ou observância das normas de direito público, tal como

obrigatoriedade de submissão à licitação.

- D) são formas de participação do Estado em atividades econômicas, submetendo-se a algumas normas de direito público, em razão da participação pública na composição do capital, embora sujeitas a regime jurídico típico das empresas privadas.
- E) atuam em regular competição no mercado, tal qual as sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos, e sob regime estritamente privado, a fim de que sua existência não configure ofensa à livre competição.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Agentes públicos / Espécies e classificação

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA / CLDF / 2018 / FCC

Q30.

Considerando que Rita é servidora que ocupa cargo público efetivo e João é advogado, servidor de carreira não efetivo no serviço público, conforme o tratamento constitucional dado aos servidores públicos, levando em conta apenas os dados ora apresentados, é correto afirmar que

- A) Rita pode exercer função de confiança e João pode exercer cargo em comissão nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, com atribuições apenas de direção, chefia e assessoramento.
- B) Rita e João podem exercer função de confiança e João pode exercer cargo em comissão nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, com atribuições apenas de direção, chefia e assessoramento.
- C) João pode exercer função de confiança e Rita pode exercer cargo em comissão nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, com atribuições apenas de assessoramento.
- D) João pode exercer função de confiança, e Rita e João podem exercer cargo em comissão nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, com atribuições apenas de chefia e assessoramento.
- E) Rita e João podem exercer função de confiança e cargo em comissão nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, com atribuições apenas de chefia e assessoramento.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Agentes públicos / Poderes, deveres e prerrogativas

Fonte: TÉCNICO EM INFORMÁTICA / FHEMIG / 2013 / FCC

Q31.

No desempenho de suas atribuições, o servidor público deve seguir a legislação existente no que diz respeito às suas obrigações e à sua conduta. Assim, o servidor público deve

- A) se dirigir ao público demonstrando sua autoridade como servidor público.
- B) ouvir as necessidades do público ao atendê-lo, procurando sanar a questão do motivo da busca ao serviço.
- C) ter um estilo próprio, podendo trajar qualquer tipo de vestimenta para se dirigir ao trabalho.
- D) discutir com o cidadão se houver necessidade, usando de entonação alta e incisiva.
- E) agir de maneira autônoma, no desempenho de suas funções seguindo normas ou condutas próprias.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Agentes públicos / Cargo, emprego e função públicos

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA / CLDF / 2018 / FCC

Q32.

Considere hipoteticamente que o Distrito Federal tenha realizado concurso público para provimento de cargos efetivos junto à Administração pública direta, a serem exercidos em uma secretaria específica. O edital do referido certame reservou 2% das vagas para serem preenchidas por pessoas com deficiência. No prazo estabelecido, o edital foi impugnado sob o fundamento de ofensa à Lei que estabelece o percentual mínimo de vagas destinadas a pessoas com deficiência. A impugnação

- A) procede, uma vez que a lei estabelece que o edital de concurso público tem de reservar vinte por cento das vagas para serem preenchidas por pessoas com deficiência.
- B) improcede, uma vez que a lei não fixa percentual mínimo de vagas, sendo este definido no caso concreto, por decisão de conveniência e oportunidade da autoridade competente.
- C) procede, mas, considerando que o provimento de cargo público compete ao Chefe do Poder Executivo, este pode, se assim entender, expor os motivos pelos quais não reservou o percentual mínimo de 15%.

- D) improcede, uma vez que o edital obedeceu a lei reservando o percentual mínimo de 2% de vagas a serem destinadas a pessoas com deficiência.
- E) procede, uma vez que a lei estabelece que o edital de concurso público tem de reservar 10% das vagas para serem preenchidas por pessoa com deficiência.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Regime jurídico único / Provimento

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q33.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a investidura em cargo público

- A) se dará com a nomeação do servidor no cargo público.
- B) somente se dará com a entrada em exercício no cargo público.
- C) ocorrerá com a posse.
- D) ocorrerá com a posse na hipótese de cargo efetivo e com a nomeação na hipótese de cargo em comissão.
- E) ocorrerá com a nomeação para cargo efetivo e com a entrada em exercício para cargo em comissão.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Regime jurídico único / Vacância

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 5ª / 2012 / FCC

Q34.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, sobre a vacância de cargos públicos, considere:

- I. Decorre da promoção do servidor.
- II. Dá-se em razão da posse do servidor em outro cargo inacumulável.
- III. Decorre da exoneração do servidor.
- IV. Decorre da readaptação do servidor.

Está correto o que consta em

- A) I, II e III, apenas.
- B) I, III e IV, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Regime jurídico único / Remoção, redistribuição e substituição

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 9ª / 2013 / FCC

Q35.

Saulo, ocupante de cargo efetivo do Poder Executivo federal, foi informado que seu cargo fora deslocado para outro órgão da Administração direta federal, no qual deveria passar a atuar. De acordo com as disposições da Lei nº 8.112/90, trata-se do instituto da

- A) remoção, que somente pode ocorrer de ofício por inequívoca necessidade de serviço e observada a equivalência de vencimentos.
- B) remoção de ofício, que pressupõe, entre outros requisitos, o mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional.
- C) redistribuição, que pressupõe, entre outros requisitos, a manutenção da essência das atribuições do cargo.
- D) redistribuição, que, todavia, somente pode ser aplicada em relação a cargos vagos, assegurando a Saulo o direito de permanecer no órgão de origem.
- E) redistribuição do servidor, que pode ser a pedido ou de ofício, pressupondo, entre outros requisitos, a compatibilidade de atribuições.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Q36.

Suponha que determinado servidor público federal tenha solicitado licença para tratar de interesses particulares, a qual, contudo, restou negada pela Administração. Entre os possíveis motivos legalmente previstos para negativa, nos termos disciplinados pela Lei nº 8.112/1990, se insere(m):

- I. Estar o servidor no curso de estágio probatório.
- II. Ser o servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão.
- III. Razões de conveniência da Administração.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I e II, apenas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Q37.

Paulo é médico cirurgião e trabalha, devidamente concursado, para a Prefeitura de Goiânia, ocupando um cargo público em determinado Hospital. Paulo, neste ano de 2013, resolve prestar concurso para o cargo de médico do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, Autarquia Federal. Neste caso, se aprovado no concurso, Paulo

- A) poderá acumular os cargos, mas deverá optar obrigatoriamente pela remuneração de um dos cargos.
- B) não poderá acumular os cargos, pois o segundo cargo será exercido em Autarquia Federal.
- C) poderá acumular os cargos, independentemente de haver ou não compatibilidade de horários.
- D) não poderá acumular os cargos, pois a Constituição Federal veda a acumulação de cargos públicos, com exceção de dois cargos de professor.
- E) poderá acumular ambos os cargos, havendo compatibilidade de horários.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Q38.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a responsabilidade civil administrativa resulta de ato

- A) omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
- B) apenas comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
- C) omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função, bem como fora deles.
- D) apenas omissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
- E) apenas comissivo praticado no desempenho do cargo ou função, bem como fora deles.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Q39.

O chefe de uma determinada repartição pública fiscaliza permanentemente os atos praticados pelos seus agentes subordinados, com o intuito de mantê-los dentro dos padrões legais. Trata-se de típico exemplo de poder

- A) disciplinar.
- B) normativo.
- C) hierárquico.
- D) de polícia.
- E) regulamentar.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Poderes administrativos / Poder disciplinar

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO / Assembleia Legislativa/SE / 2018 / FCC

Q40.

O poder disciplinar

- A) é sempre vinculado.
- B) equipara-se, em determinadas hipóteses, ao poder punitivo do Estado, realizado por meio da Justiça Penal.
- C) não abrange as sanções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração.
- D) pode ser exercido ainda que não esteja legalmente atribuído.
- E) vincula-se ao poder hierárquico, um reduzindo-se ao outro, haja vista que o primeiro é mais amplo que o segundo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Poderes administrativos / Poder regulamentar

Fonte: AUXILIAR ADMINISTRATIVO / FHEMIG / 2013 / FCC

Q41.

Um dos poderes da Administração é o poder regulamentar, que corresponde ao poder de

- A) organizar as atividades administrativas, mediante a edição de regulamentos e portarias.
- B) aplicar sanções administrativas a seus subordinados.
- C) instituir limitações às atividades de particulares, para atendimento ao interesse público.
- D) editar normas complementares à lei, para a sua fiel execução.
- E) controlar a atividade de órgãos inferiores, delegando e avocando atribuições.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Poderes administrativos / Poder de polícia

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 18ª / 2013 / FCC

Q42.

A Administração pública, em regular fiscalização a estabelecimentos comerciais, autou e impôs multa aos infratores das normas que disciplinavam o segmento. Essa atuação da Administração é expressão do poder

- A) de polícia, sendo o ato de imposição de multa dotado do atributo da discricionariedade.
- B) de polícia, sendo o ato de imposição de multa dotado de exigibilidade e coercibilidade.
- C) disciplinar, dotado do atributo de autoexecutoriedade.
- D) regulamentar, que permite que a Administração institua e aplique multas pecuniárias aos administrados.
- E) regulamentar, em sua faceta de poder de polícia, que permite que a Administração institua multas pecuniárias aos administrados.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Poderes administrativos / Uso e abuso do poder

Q43.

Quando o agente público atua fora dos limites de sua competência ele comete:

- A) desvio de poder.
- B) omissão.
- C) improbidade administrativa.
- D) excesso de poder.
- E) prevaricação.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Ato administrativo / Validade, eficácia

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO / SEAD/AP / 2018 / FCC

Q44.

Os atos administrativos, no que se refere à exequibilidade, são

- A) denominados válidos, quando aptos a produzirem efeitos.
- B) válidos quando estão aptos a produzirem efeitos, denominando-se atos perfeitos.
- C) denominados consumados, o que obsta o juízo de revisão dos mesmos, quando já tiveram seus efeitos integralmente produzidos.
- D) denominados imperfeitos enquanto ainda não são válidos, ainda que eficazes.
- E) constitutivos quando se limitam ao reconhecimento dos direitos existentes, o que impede a revogação dos mesmos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Ato administrativo / Atributos

Fonte: ADMINISTRADOR / Prefeitura de Macapá/AP / 2018 / FCC

Q45.

Entre os atributos inerentes aos atos administrativos vinculados, inserem-se

I. Tipicidade.

II. Imperatividade.

III. Discricionariedade.

IV. Presunção de legitimidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I, II e IV.
- B) II e III.
- C) I, III e IV.
- D) III e IV.
- E) II e IV.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Ato administrativo / Extinção, desfazimento e sanatória

Q46.

Determinado ente público realizou uma licitação para a contratação de fornecimento de merenda nas unidades escolares. O administrador público responsável pela secretaria que promoveu a licitação soube que o licitante vencedor do certame era seu desafeto político. Indicando a superveniência de fato que teria tornado desnecessário o contrato, revogou a licitação. O ano letivo foi iniciado sem que o fornecimento de merenda estivesse equacionado, razão pela qual a administração iniciou outro procedimento licitatório. O ato de revogação praticado pelo administrador

- A) pode ser questionado judicialmente, sob a alegação de desvio de finalidade, demonstrando que sua edição se fundava em motivo diverso daquele externado.
- B) não pode ser revisto, considerando que se inseriu no âmbito da discricionariedade administrativa, que não admite controle externo.
- C) possui vício, considerando que deveria ter sido anulada a licitação.
- D) deve ser impugnado judicialmente, por vício de motivação, ensejando a anulação.
- E) possui vício de finalidade, podendo ser revogado, determinando-se o reaproveitamento do procedimento de licitação.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursosprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Ato administrativo / Classificação, espécies e exteriorização

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA / CLDF / 2018 / FCC

Q47.

Considerando um ato administrativo o qual, contaminado por vício, tornou-se ilegal, ressalvada a apreciação judicial e respeitados os direitos adquiridos, a Administração

- A) não pode anulá-lo, já que seus efeitos são regulares.
- B) pode revogá-lo, por motivo de conveniência ou oportunidade.
- C) pode anulá-lo, porque dele não se originam direitos.
- D) pode revogá-lo, porque dele se originam direitos.
- E) não pode anulá-lo, porque dele não se originam direitos.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursosprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Ato administrativo / Vinculação e discricionariedade

Fonte: TÉCNICO MINISTERIAL - ÁREA ADMINISTRATIVA / MPE/PE / 2018 / FCC

Q48.

Os atos administrativos vinculados, quando editados pela Administração pública com vícios,

- A) são nulos caso apresentem vícios de legalidade, o que impede o aproveitamento dos mesmos e dos direitos deles decorrentes.
- B) podem ensejar convalidação, como nos casos de vícios de finalidade e objeto, desde que seja materialmente possível a recomposição da situação ao status anterior à edição dos mesmos.
- C) podem ser convalidados no caso de serem sanáveis os vícios de legalidade que o maculam, como, por exemplo, em se tratando de vício de forma.
- D) não admitem convalidação, instituto típico e exclusivo dos atos discricionários, na medida em que compreendem juízo de oportunidade e conveniência pelo administrador.
- E) devem ser editados pelas autoridades competentes, estabelecidas na lei específica que autorizou a edição dos atos, o que impede o exercício da convalidação, pois significaria alteração de lei por meio de ato administrativo.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursosprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Serviços Públicos / Conceito, classificação

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 18ª / 2013 / FCC

Q49.

O princípio da continuidade dos serviços públicos

- A) aplica-se aos serviços públicos próprios e aos impróprios, diante da essencialidade de sua prestação, considerando-se a natureza estrita de serviço público que detêm.
- B) aplica-se somente aos serviços públicos concedidos ou permitidos, tendo em vista que a delegação não constitui instrumento formal de transferência da execução a terceiros.
- C) fundamenta a atribuição de prerrogativas à Administração, incluindo, dentre outras, a possibilidade de alteração contratual, encampação e uso compulsório de bens da contratada vinculados à prestação do serviço.
- D) é sinônimo do princípio da mutabilidade do regime jurídico de prestação de serviços, tendo em vista que não existe direito adquirido a um específico regime jurídico, salvo no que se refere ao equilíbrio econômico-financeiro, que impede a redução dos valores dos contratos.
- E) impede a suspensão ou a interrupção do contrato de prestação de serviços, cuja execução deve prosseguir, independentemente do ajuizamento de medida judicial para exigir eventual adimplência da Administração.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Serviços Públicos / Regulamentação e controle

Fonte: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - INSPEÇÃO GOVERNAMENTAL / TCM/CE / 2010 / FCC

Q50.

Identificada possível irregularidade na celebração de contrato de prestação de serviços por órgão da administração direta federal, prevê a Constituição da República que

- A) o Tribunal de Contas da União sustará a execução do contrato, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Poder Judiciário.
- B) a Câmara dos Deputados aplicará aos responsáveis as sanções previstas na Constituição e em lei.
- C) o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- D) o Tribunal de Contas da União procederá à tomada de contas do Presidente da República, devendo julgá-las num prazo de 60 dias a contar de seu recebimento, independentemente de outras manifestações.
- E) a Comissão mista permanente de orçamento determinará à autoridade responsável que sane a irregularidade e, se não atendida em 5 dias, promoverá a sustação do contrato.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Serviços Públicos / Forma, meios e requisitos

Fonte: AGENTE DE APOIO - ADMINISTRATIVO / MPE/AM / 2013 / FCC

Q51.

De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, a prestação de serviço público por entidade privada

- A) é vedada, salvo na hipótese de comprovada impossibilidade de prestação direta pelo poder público.
- B) é permitida, mediante prévia licitação, vedada a transferência, pelo poder público, da titularidade do serviço.
- C) é vedada, salvo se transferida, por lei específica, a titularidade do serviço.
- D) somente é permitida quando se trata de serviço público não-exclusivo.
- E) é permitida, desde que a entidade privada possa ser integralmente remunerada pela tarifa cobrada do usuário, assumindo a titularidade do serviço.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Serviços Públicos / Delegação, concessão, permissão, autorização

Fonte: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO / SEAD/AP / 2018 / FCC

Q52.

Em um contrato de concessão de serviços públicos, a Administração pública, que figura como poder concedente, está enfrentando problemas orçamentário-financeiros, o que vem ensejando atraso no pagamento da remuneração à concessionária.

Essa descrição indica

- A) que se trata de um contrato de concessão comum, cuja estrutura demanda remuneração mensal por parte da Administração pública ao concessionário.
- B) que a concessionária pode interromper a prestação dos serviços se o atraso na remuneração exceder 60 dias.
- C) a impossibilidade de interrupção da prestação de serviços, dada a essencialidade dos mesmos, o que somente pode ser viabilizado por decisão judicial.

- D) que se trata de um contrato de concessão patrocinada, posto que, diferentemente da concessão comum e da concessão administrativa, depende de contraprestação mensal à concessionária.
- E) a possibilidade de rescisão unilateral por parte da concessionária se o atraso superar 90 dias.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Controle e responsabilização da administração / Controle administrativo

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 15ª / 2018 / FCC

Q53.

O controle dos atos administrativos, quando exercido pelos Tribunais de Contas, se exterioriza por meio da edição de

- A) decisões administrativas, com natureza de ato administrativo, nos processos de tomadas de contas, podendo servir como título executivo para as multas impostas aos responsáveis.
- B) decisões jurisdicionais nos processos de verificações de licitações e auditorias de contratações, na medida em que devem julgar referidos atos regulares ou irregulares.
- C) decisões de cunho administrativo, cujo conteúdo analisa os aspectos de legalidade dos atos e contratos celebrados pela Administração pública, vedada ingerência nos aspectos discricionários.
- D) atos administrativos de natureza decisória, passíveis de revisão pelo próprio juízo emissor ou pelo Judiciário até o trânsito em julgado.
- E) atos administrativos, quando não tiverem conteúdo condenatório e atos sancionatórios, quando impuserem sanções, inadmitida revisão, sob pena de ofensa ao princípio da Separação de Poderes, pois se trata do órgão de controle do Judiciário e do Executivo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Controle e responsabilização da administração / Controle judicial

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 9ª / 2013 / FCC

Q54.

Maria Helena requereu que lhe fosse concedida licença para construir em seu terreno. Observou a legislação municipal, contratou a execução do competente projeto e apresentou à Administração pública para aprovação. O pedido, no entanto, foi indeferido, sob o fundamento de que na mesma rua já existia uma obra em curso, o que poderia ocasionar transtornos aos demais administrados. Maria Helena, inconformada, ajuizou medida judicial para obtenção da licença, no que foi atendida. A decisão judicial,

- A) é regular manifestação do poder de controle do ato administrativo, desde que comprovado o preenchimento dos requisitos de edição do ato vinculado.
- B) excede os limites do controle judicial do ato administrativo, na medida em que interfere em juízo discricionário da Administração Pública.
- C) excede os limites do controle judicial do ato administrativo, na medida em que a atuação do Judiciário deve ficar adstrita a análise de legalidade, não podendo substituir o ato administrativo como no caso proposto.
- D) é regular manifestação do poder de controle do ato administrativo, com exceção da concessão da licença, atividade privativa da administração, que não poderia ser suprida pelo Judiciário, ainda que diante de recusa da autoridade.
- E) é regular manifestação do poder de controle do ato administrativo, tendo em vista que contemporaneamente vem sendo admitido o controle dos aspectos discricionários do ato administrativo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções Direito Administrativo / Controle e responsabilização da administração / Controle legislativo

Fonte: PROCURADOR DO MUNICÍPIO / PGM - Prof. João Pessoa/PB / 2012 / FCC

Q55.

NÃO é medida juridicamente válida de controle da atividade administrativa pelos órgãos do Poder Legislativo

- A) a sustação de contratos administrativos celebrados pelo Poder Executivo, em face de ilegalidades neles constatadas.
- B) a convocação de autoridades diretamente subordinadas ao Chefe do Poder Executivo para prestar informações sobre assunto previamente determinado.
- C) a aprovação prévia de contratos e convênios firmados pelo Poder Executivo, cujo valor ultrapasse patamar estabelecido em lei complementar.
- D) a sustação de atos normativos do Poder Executivo, que forem produzidos extra, ultra ou contra legem.
- E) o julgamento anual das contas do Chefe do Poder Executivo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Fonte: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO / SEAD/AP / 2018 / FCC

Q56.

Uma chuva tropical causou inundações em diversos pontos de uma cidade, do que decorreram relevantes prejuízos aos moradores desses locais, em variados graus e extensão. O poder público

- A) pode alegar a ocorrência de caso fortuito ou força-maior para se escusar de indenizar os administrados pelos prejuízos ocorridos, não sendo relevante haver culpa de seus agentes pela má conservação da rede de drenagem.
- B) deve comprovar a inexistência de culpa de seus agentes na manutenção e conservação do sistema de drenagem municipal, tendo em vista que a ausência de culpa afasta a responsabilidade de qualquer ente público.
- C) deverá demonstrar que não houve falha no serviço público, tendo a capacidade de drenagem do sistema sido superada pelo desproporcional volume e intensidade das chuvas, para se escusar da responsabilização perante cada um dos administrados lesados.
- D) responde integral e objetivamente pelos prejuízos ocorridos no caso, tendo em vista que a responsabilidade objetiva constitucional aplicável ao poder público é do tipo pura, não admitindo qualquer excludente.
- E) em casos de força-maior, responde subjetiva mente, cabendo aos prejudicados demonstrar culpa individualizada dos agentes públicos envolvidos no setor público envolvido.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direito Constitucional / Natureza, conceito e objeto

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO / SEAD/AP / 2018 / FCC

Q57.

O título I da Constituição Federal de 1988 trata dos princípios e objetivos fundamentais, incluindo, dentre esses, a

- A) democracia como princípio de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- B) garantia do desenvolvimento nacional como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- C) soberania e construção de uma sociedade livre, justa e solidária como objetivo do Estado Democrático de Direito.
- D) prevalência dos direitos humanos como fundamento do Estado Democrático de Direito.
- E) cidadania como princípio de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Poder Constituinte

Fonte: PROCURADOR AUTÁRQUICO DA ARCE / ARCE / 2012 / FCC

Q58.

O voto secreto, utilizado para a escolha de Deputados Federais, conforme assegurado pela Constituição Federal, poderia, em tese, ser abolido do ordenamento jurídico brasileiro

- A) pelo Poder Constituinte Originário e pelo Poder Constituinte Derivado Reformador.
- B) por Tratado Internacional ratificado pelo Congresso Nacional.
- C) por plebiscito.
- D) pelo Poder Constituinte Originário, apenas.
- E) por referendo.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade

Fonte: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO / SEAD/AP / 2018 / FCC

Q59.

No sistema de controle difuso de constitucionalidade adotado pela Constituição Federal de 1988, a suspensão da execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, compete ao

- A) Senado Federal.

- B) Superior Tribunal de Justiça.
- C) Procurador Geral da República.
- D) Congresso Nacional.
- E) Presidente da República.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Regimes políticos e formas de governo

Fonte: AUXILIAR DE APOIO ADMINISTRATIVO / Pref. Mogi das Cruzes/SP / 2016 / VUNESP

Q60.

Comparativamente, Governo e Estado são entes diferenciados por várias características. Assinale, entre as alternativas seguintes, a que exprime corretamente uma dessas características.

- A) O Estado é elemento condutor do Governo.
- B) O Governo é elemento condutor do Estado.
- C) O Governo tem atribuições simbólicas.
- D) O Estado compõe o Governo e representa uma função administrativa.
- E) Os órgãos do Governo executam sem responsabilidade técnica.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / A repartição de competência na Federação

Fonte: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO / SEAD/AP / 2018 / FCC

Q61.

À luz das normas da Constituição Federal de 1988, considere:

I. Compete à União instituir o imposto sobre operações financeiras.

II. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir o imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens ou direitos, sendo que suas alíquotas máximas serão fixadas pelo Senado Federal.

III. Compete ao Município em que o bem se situa instituir o imposto de transmissão "inter vivos".

Está correto o que consta de

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, apenas.
- D) I, II e III.
- E) III, apenas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Direitos e deveres individuais e coletivos

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO / SEAD/AP / 2018 / FCC

Q62.

Sobre o direito de propriedade, na forma prevista na Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar que

- A) a perda da propriedade ocorrerá por desapropriação, garantido o direito de indenização, em títulos públicos e ao final do procedimento.
- B) a pequena propriedade rural, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- C) o direito de autor é transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

- D) a propriedade intelectual dos inventos industriais não é perpétua, mas assegurada aos seus autores por um período definido em lei.
- E) a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ulterior indenização, se houver dano.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Direitos sociais

Fonte: TÉCNICO MINISTERIAL - ÁREA ADMINISTRATIVA / MPE/PE / 2018 / FCC

Q63.

É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, assegurado na Constituição Federal, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,

- A) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em sessenta por cento à do normal.
- B) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção coletiva ou acordo individual de trabalho.
- C) a jornada de quatro horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- D) a proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- E) o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, quando averiguado o dolo ou a culpa do empregador.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Da nacionalidade

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO / SEAD/AP / 2018 / FCC

Q64.

Em uma situação hipotética, Carlos Lúcio, professor titular de Direito Penal de Universidade do Rio de Janeiro, nascido em Madri, Espanha, de tradicional família de juristas lusitanos, com apenas 37 anos de vida já tem 12 livros publicados, além de ter também larga experiência como pregador evangélico em sua terra natal, de onde saiu aos 25 anos de idade. Todavia, ele teve sua indicação ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal rejeitada. Isso ocorreu porque Carlos Lúcio, pelas regras da Constituição Federal de 1988, NÃO

- A) é juiz nem membro do Ministério Público.
- B) tem notável saber jurídico e nem residência em Brasília.
- C) é brasileiro nato.
- D) observou o princípio do Estado laico.
- E) tem a idade mínima para o cargo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Direitos políticos

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO / SEAD/AP / 2018 / FCC

Q65.

A iniciativa popular é uma forma de participação popular e um direito político consistente na possibilidade de

- A) opinar sobre projetos de lei a serem votados pelo Congresso Nacional em matérias polêmicas, assim consideradas as que obtenham aprovação por quórum qualificado em ambas as casas legislativas.
- B) decidir, de forma vinculante, sobre lei já aprovada pelo Congresso Nacional, desde que aprovada por dois terços dos senadores.
- C) apresentar, à Câmara dos Deputados, projeto de lei, desde que subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído por, pelo menos, cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- D) revogar mandato eletivo de parlamentar, federal ou estadual, desde que não tenha havido procedimento relativo a falta por ele praticada na casa legislativa de origem.
- E) apresentar, ao Senado Federal, projeto de lei ordinária ou complementar subscrito por, no mínimo, cinco décimos por cento do eleitorado nacional.

Noções de Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Dos partidos políticos

Fonte: AGENTE DE APOIO - ADMINISTRATIVO / MPE/AM / 2013 / FCC

Q66.

O transfuguismo partidário é admitido no Direito Constitucional brasileiro, sem perda de cargo eletivo, para

- A) evitar desvio episódico do programa partidário.
- B) viabilizar candidatura não acolhida no partido de origem.
- C) aderir a partido governista já existente.
- D) aderir a partido oposicionista já existente.
- E) fundar novo partido.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Organização político-administrativa da União / Dos Estados Federados e do Distrito Federal

Fonte: TÉCNICO MINISTERIAL - ADMINISTRATIVO / MPE/PE / 2012 / FCC

Q67.

Segundo o artigo 25, § 3º da Constituição Federal, os Estados poderão instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, mediante:

- A) consulta popular e prévia autorização do Supremo Tribunal Federal.
- B) decreto.
- C) permissão da União.
- D) permissão do Supremo Tribunal Federal.
- E) lei complementar.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Organização político-administrativa da União / Dos Municípios

Fonte: OFICIAL DE POLÍCIA / Polícia Civil/AP / 2017 / FCC

Q68.

Vereador de Município praticou os seguintes atos:

- I. Cometeu crime doloso contra a vida de Prefeito de Município vizinho, executado na sede da respectiva Prefeitura.
- II. Ofendeu moralmente membro do Congresso Nacional ao prestar testemunho perante comissão parlamentar de inquérito instaurada em âmbito federal e sediada no Distrito Federal.
- III. Manifestou-se, em discurso realizado no plenário da Câmara dos Vereadores da qual é membro, contrariamente à união civil de pessoas do mesmo sexo, ao defender projeto de lei por ele apresentado.

Considerando a disciplina da Constituição Federal sobre imunidades parlamentares, o vereador NÃO poderá ser responsabilizado civil, penal e administrativamente pela prática, APENAS, do ato

- A) II.
 - B) III.
 - C) I, enquanto durar seu mandato e, em qualquer tempo, pela conduta III.
 - D) I, enquanto durar seu mandato e, em qualquer tempo, pela conduta II.
 - E) II e III, enquanto durar seu mandato.
-

Noções de Direito Constitucional / Da Administração Pública

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA / CLDF / 2018 / FCC

Q69.

Jaime exerce o cargo remunerado de professor público em determinada instituição de ensino, no período matutino e, após aprovação em concurso público, nos termos da lei, pretende exercer também o mesmo cargo remunerado em uma outra instituição pública de ensino, no período noturno. Sua esposa, Rosa, exerce cargo público científico remunerado no período vespertino e tem interesse em prestar concurso para exercer também cargo remunerado de professora em uma instituição pública de ensino superior no período noturno. Com base apenas nas informações fornecidas e de acordo com a Constituição Federal, obedecidos os limites remuneratórios eventualmente aplicáveis, a acumulação de cargos pretendida é

- A) vedada ao Jaime e à Rosa.
- B) permitida apenas ao Jaime.
- C) permitida apenas à Rosa.
- D) permitida ao Jaime e à Rosa.
- E) permitida ao Jaime e à Rosa, desde que se trate de cargos integrantes de Administrações de diferentes esferas da federação.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Do Poder Legislativo / Fundamento, atribuições e garantias de independência

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - SECRETÁRIO / CLDF / 2018 / FCC

Q70.

Compete exclusivamente ao Congresso Nacional

- A) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- B) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.
- C) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- D) suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- E) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Do Poder Executivo / Forma e sistema de governo, Chefia de Estado e Chefia de Governo; Atribuições e responsabilidades do Presidente da República

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q71.

Sobre o Poder Executivo, a Constituição Federal estabelece que:

- A) o Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por prazo superior a 10 dias, sob pena de perda do cargo.
- B) o mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em quinze de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.
- C) em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- D) o Presidente da República tomará posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis e promover o bem geral do povo brasileiro, solenidade essa da qual é dispensado o Vice-Presidente da República.
- E) será considerado eleito Presidente da República o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

Noções de Direito Constitucional / Do Poder Judiciário / Fundamento, atribuições e garantias

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 12ª / 2013 / FCC

Q72.

Sobre o Poder Judiciário, de acordo com a Constituição Federal brasileira, é INCORRETO afirmar:

- A) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- B) Compete privativamente aos Tribunais de Justiça julgar os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
- C) Aos juízes é garantida a vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- D) O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor, cessão esta que somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora.
- E) Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Das Funções Essenciais à Justiça

Fonte: TÉCNICO MINISTERIAL - ÁREA ADMINISTRATIVA / MPE/PE / 2018 / FCC

Q73.

Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre o Ministério Público e seu Conselho Nacional,

- A) o Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- B) a destituição do chefe do Ministério Público da União, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
- C) os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Senado Federal, na forma da lei ordinária respectiva.
- D) ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, sendo-lhe vedado, contudo, propor a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, em razão de ser esta atribuição de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo.
- E) o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas / Do Estado de Defesa

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / TRT 11ª / 2012 / FCC

Q74.

Gustavo, Presidente da República, após ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretou estado de defesa para preservar, em local restrito e determinado, a ordem pública ameaçada por grave e iminente instabilidade institucional, indicando no decreto, segundo a Constituição Federal, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, podendo restringir os direitos de

- A) ir e vir, sujeito à pena de banimento, apenas.
- B) ir e vir, sujeito à prisão perpetua e multa.
- C) imagem e de propriedade intelectual.
- D) reunião, ainda que exercida no seio das associações, sigilo de correspondência e sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.
- E) livre manifestação do pensamento e de propriedade imóvel.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas / Do Estado de Sítio

Q75.

Face a comoção grave de repercussão nacional, sendo decretado o estado de sítio, Alberto, brasileiro maior e capaz e domiciliado no Estado de Roraima, resolveu se mudar para o Estado do Rio Grande do Sul, porém ao chegar no aeroporto, Otávio, agente da Polícia Federal, legalmente e no exercício de atribuições do Poder Público, proibiu a sua locomoção para outro Estado, mantendo-o contra sua vontade no Estado de Roraima. Segundo a Constituição Federal, Alberto, na vigência do estado de sítio

- A) poderá viajar desde que impetre habeas corpus ao Superior Tribunal de Justiça, cuja competência é originária.
- B) tem direito líquido e certo e, assim, impetrará habeas corpus ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, que permitirá sua viagem.
- C) não terá que se sujeitar a ordem da autoridade desde que impetre habeas corpus ao Supremo Tribunal Federal, cuja competência é originária.
- D) não terá que se sujeitar a ordem da autoridade desde que impetre habeas corpus ao Juiz do Tribunal Militar, que requisitará informações à Polícia Federal.
- E) em regra, terá que se sujeitar a ordem da autoridade e deverá permanecer no Estado de Roraima.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas / Das Forças Armadas

Fonte: PROCURADOR DE ESTADO / PGE/MT / 2011 / FCC

Q76.

Por força de previsão expressa na Lei Federal nº 8.239, de 1991, será atribuído serviço alternativo ao serviço militar obrigatório aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência decorrente de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar. O mesmo diploma legal define, ademais, o que se entende por serviço alternativo, a ser prestado em substituição às atividades de caráter essencialmente militar.

As previsões legais em questão são

- A) compatíveis com a Constituição da República, que admite, nessas condições, a possibilidade de exercício de objeção de consciência em relação a atividades de caráter essencialmente militar.
- B) compatíveis com a Constituição da República apenas no que se refere à possibilidade de exercício de objeção de consciência por motivo de convicção filosófica ou política.
- C) incompatíveis com a Constituição da República, que não prevê a possibilidade de atribuição de serviço alternativo na hipótese em tela, estabelecendo a suspensão de direitos políticos como consequência à recusa ao cumprimento de serviço militar.
- D) incompatíveis com a Constituição da República, que admite o exercício de objeção de consciência para recusa a obrigação imposta por lei a todos, mas não a admite em relação ao serviço militar obrigatório, por ser este previsto em sede constitucional.
- E) incompatíveis com a Constituição da República, que não admite a possibilidade de recusa ao cumprimento de obrigação legal a todos imposta.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas / Da Segurança Pública

Fonte: AGENTE DE POLÍCIA / Polícia Civil/AP / 2017 / FCC

Q77.

Considere as seguintes atividades:

- I. Policiamento ostensivo e preservação da ordem pública.
- II. Apuração de crime de furto de equipamentos de propriedade da União.
- III. Proteção de esculturas instaladas em parques municipais.
- IV. Prevenção à prática de crimes de contrabando e descaminho.

De acordo com a Constituição Federal, essas atividades são atribuições das

- A) I – polícia militar; II – polícia federal; III – polícia militar; IV – polícia civil.
- B) I – guarda municipal; II – polícia federal; III – guarda municipal; IV – polícia militar.

- C) I – polícia federal; II – polícia civil; III – polícia militar; IV – polícia militar.
- D) I – polícia militar; II – polícia federal; III – guarda municipal; IV – polícia federal.
- E) I – polícia militar; II – polícia federal; III – polícia civil; IV – polícia federal.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Da Ordem Social / Base e objetivos da ordem social

Fonte: AGENTE DE TELECOMUNICAÇÕES POLICIAL / Polícia Civil/SP / 2018 / VUNESP

Q78.

É correto afirmar que o controle social formal é representado, entre outras, pelas seguintes instâncias:

- A) Igreja, Família e Opinião Pública.
- B) Escola, Igreja e Polícia.
- C) Forças Armadas, Polícia e Escola.
- D) Polícia, Forças Armadas e Ministério Público.
- E) Família, Escola e Ministério Público.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Da Ordem Social / Da seguridade social

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - EXECUÇÃO DE MANDADOS / TRT 1ª / 2013 / FCC

Q79.

Ao disciplinar o financiamento da seguridade social, a Constituição da República estabelece que

- A) as contribuições sociais do empregador e da empresa incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.
- B) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social não poderá contratar com o Poder Público, mas dele poderá receber incentivos fiscais ou creditícios, com vistas à sua recuperação financeira, nas hipóteses previstas em lei.
- C) a lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições sociais sobre a receita de concursos de prognósticos e as do importador de bens ou serviços do exterior serão não-cumulativas.
- D) as contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social só poderão ser exigidas no exercício financeiro seguinte àquele em que haja sido publicada a lei que as instituiu ou aumentou, desde que decorridos noventa dias da data da publicação da lei.
- E) a lei definirá os critérios de transferência de recursos para o Sistema Único de Saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, dispensada a respectiva contrapartida de recursos.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Da Ordem Social / Da educação, da cultura, do esporte

Fonte: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO / SEAD/AP / 2018 / FCC

Q80.

A educação dos portadores de deficiência, segundo a Constituição Federal de 1988, deve se dar

- A) em escolas especializadas, públicas ou privadas, prioritariamente.
- B) de forma segregada.
- C) até os seis anos de idade na rede pública.
- D) de modo facultativo, em sistema de cotas.
- E) na rede regular de ensino, preferencialmente.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Da Ordem Social / Da ciência e tecnologia

Fonte: ADVOGADO / UNESP / 2012 / VUNESP

Q81.

Analise as seguintes afirmativas.

I. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

II. A pesquisa científica avançada receberá financiamento direto do Estado, tendo em vista o progresso público e o retorno financeiro das ciências.

III. A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

IV. O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

Considerando o disposto, expressamente, no texto constitucional, está correto somente o que se afirma em

- A) I e II.
- B) I, II e III.
- C) I, III e IV.
- D) II e III.
- E) II, III e IV.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Da Ordem Social / Da comunicação social

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO/COMUNICAÇÃO SOCIAL/JORNALISMO / TRT 6ª / 2012 / FCC

Q82.

De acordo com o Art. 220 da Constituição, a publicação de um veículo impresso

- A) é atividade privativa de brasileiros natos.
- B) é monitorada pelo Ministério das Comunicações.
- C) é regulada pela Biblioteca Nacional.
- D) é vedada ao capital estrangeiro.
- E) independe de licença de autoridade.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Da Ordem Social / Do meio ambiente

Fonte: ANALISTA DE REGULAÇÃO - ADVOGADO / ARCE / 2012 / FCC

Q83.

Considere:

I. Ao Poder Público incumbe definir os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão vedadas por lei, estando também vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

II. As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei de âmbito federal, sem o que não poderão ser instaladas.

III. São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

IV. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Nos termos da Constituição Federal, está correto o que se afirma em

- A) II, III e IV, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I, II, III e IV.
- D) I e IV, apenas.
- E) II e III, apenas.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA INICIAL / MPE/CE / 2011 / FCC

Q84.

Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, ao ofensor o juiz

- A) de imediato poderá aplicar a proibição de aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor.
- B) só poderá proibir o contato físico com a ofendida, depois do trânsito em julgado da sentença e se não houver reconciliação do casal.
- C) não poderá, em nenhuma hipótese, estender a proibição de aproximação da ofendida aos dependentes menores, ou restringir-lhe ou suspender-lhe as visitas.
- D) poderá suspender a posse ou restrição de porte de arma de fogo, ainda que se trate de integrante de órgãos policiais, independentemente de comunicação ao órgão competente ou autoridade a que esteja subordinado.
- E) não poderá proibir a frequência de qualquer outro lugar exceto o ambiente familiar, embora naquele também possa encontrar-se a ofendida.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Da Ordem Social / Dos índios

Fonte: JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO / TRT 4ª / 2012 / FCC

Q85.

Em relação às terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, a Constituição da República estabelece que

- A) se destinam a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- B) poderão, após deliberação do Congresso Nacional, ser desocupadas em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
- C) terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, as cooperativas de atividade garimpeira.
- D) são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis, ressalvadas as hipóteses previstas em lei complementar.
- E) poderão, com autorização do Congresso Nacional e ouvidas as comunidades afetadas, ter seus recursos hídricos aproveitados, excluídos os potenciais energéticos, ficando-lhes contudo assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções De Direito Processual Penal / Inquérito policial; Notícias criminais

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA / CLDF / 2018 / FCC

Q86.

O inquérito policial

- A) é um procedimento que pode ser presidido tanto pelo delegado de polícia quanto pelo membro do Ministério Público, desde que, neste último caso, tenha sido este o órgão responsável pela investigação.
- B) acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- C) que apresentar vício contaminará eventual ação penal subsequente proposta com base nos elementos por ele colhidos.
- D) gera, quando arquivado, preclusão absoluta, não sendo possível o início de ação penal, ainda que tenha por fundamento a existência de novas provas.
- E) é um procedimento escrito, obrigatório e preparatório da ação penal, imprescindível para embasar o oferecimento da denúncia.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções De Direito Processual Penal / Ação penal: espécies

Fonte: JUIZ SUBSTITUTO / TJ/PE / 2013 / FCC

Q87.

Nos crimes de ação penal de iniciativa privada,

- A) a renúncia ao exercício do direito de queixa se estenderá a todos os querelantes.

- B) a renúncia é ato unilateral, voluntário e necessariamente expresso.
- C) a perempção pode ocorrer no curso do inquérito policial.
- D) o perdão do ofendido somente é cabível antes do exercício do direito de ação.
- E) o perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções De Direito Processual Penal / Jurisdição; Competência

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA JUDICIÁRIA - EXECUÇÃO DE MANDADOS / TRF 5ª / 2012 / FCC

Q88.

Sobre a competência processual pela prerrogativa de função,

- A) é definida aos Tribunais relativamente às pessoas que devam responder perante eles por crimes comuns e de responsabilidade.
- B) é definida pelo Código de Processo Penal exclusivamente às hipóteses de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.
- C) não é deferida em nenhuma hipótese aos Tribunais Regionais Federais.
- D) a ação de improbidade, de que trata a Lei nº 8.429/1992, será proposta perante o tribunal competente para processar e julgar criminalmente o funcionário ou autoridade.
- E) tem prevalência ainda que o inquérito policial ou a ação judicial sejam iniciados após a cessação do exercício da função pública.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções De Direito Processual Penal / Prova (artigos 158 a 184 do CPP)

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIO / TRE/RN / 2011 / FCC

Q89.

O exame de corpo de delito

- A) é dispensável e pode ser suprido pela confissão do acusado.
- B) não pode ser feito entre 22:00 e 6:00 horas.
- C) não pode ser feito aos domingos e feriados.
- D) pode ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.
- E) deve ser sempre direto, não podendo jamais ser indireto.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções De Direito Processual Penal / Prisão em flagrante

Fonte: JUIZ SUBSTITUTO / TJ/GO / 2012 / FCC

Q90.

Em relação à prisão em flagrante delito, é correto afirmar que

- A) qualquer do povo deverá prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- B) quem, logo após o cometimento do delito, é encontrado na posse do bem subtraído, não pode ser preso em flagrante, salvo se houver testemunhas de acusação.
- C) nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito mesmo após a cessação da permanência.
- D) apresentado o preso à autoridade competente, será desde logo interrogado, ouvindo-se, na sequência, o condutor e as testemunhas.
- E) na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções De Direito Processual Penal / Prisão preventiva

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA JUDICIÁRIA - EXECUÇÃO DE MANDADOS / TRF 5ª / 2012 / FCC

Q91.

Sobre a decretação da prisão preventiva:

- A) Poderá ser decretada apenas após o início da instrução criminal com o recebimento da denúncia.
- B) Poderá ser decretada para garantia da ordem econômica.
- C) Dependerá sempre de requerimento do Ministério Público ou de representação de autoridade policial.
- D) Não poderá ser decretada a autor de crime punido com detenção.
- E) Não é cabível para crimes culposos.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções De Direito Processual Penal / Prisão temporária (Lei nº 7.960/89)

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/SP / 2012 / FCC

Q92.

Prisão provisória.

- A) Ausentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva poderá o juiz, no curso do processo, decretar a prisão domiciliar caso o réu esteja extremamente debilitado por motivo de doença grave.
- B) Em qualquer fase da investigação policial poderá o juiz decretar, de ofício, a prisão preventiva do indiciado.
- C) Em relação à prisão temporária, constata-se o fumus comissi delicti quando presente fundadas razões de autoria ou participação do indiciado em crimes taxativamente relacionados na Lei federal nº 7.960/89, que disciplina a prisão temporária, exceto se for autorizada para outros crimes por legislação federal posterior.
- D) A publicação de sentença condenatória, que impõe regime inicialmente fechado para o cumprimento da pena privativa de liberdade, constitui marco impeditivo para a concessão da liberdade provisória ao condenado.
- E) A partir da entrada em vigor da Lei federal nº 12.403/11, que reformou parcialmente o Código de Processo Penal, não mais se admite a decretação da prisão preventiva de acusado pela prática de crime doloso cuja sanção máxima em abstrato não ultrapasse quatro anos de reclusão.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções De Direito Processual Penal / Habeas corpus

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA JUDICIÁRIA - EXECUÇÃO DE MANDADOS / TRF 5ª / 2012 / FCC

Q93.

Sobre o habeas corpus é correto afirmar:

- A) Caberá mesmo contra punição disciplinar, se houver violação do devido processo legal.
- B) A competência do juiz não cessará mesmo que a violência ou coação provenha de autoridade judiciária de igual jurisdição.
- C) Não prevê em nenhuma hipótese a condenação nas custas da autoridade que tiver determinado a coação.
- D) O Ministério Público não poderá impetrá-lo, mas apenas opinar favoravelmente à concessão da ordem.
- E) O juiz pode determinar que o paciente, se estiver preso, lhe seja apresentado imediatamente.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noção De Direito Penal / A lei penal no tempo; a lei penal no espaço

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA / CLDF / 2018 / FCC

Q94.

De acordo com o que estabelece o Código Penal,

- A) não há crime quando o agente pratica o fato no exercício regular de direito.
- B) entende-se em legítima defesa quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar.
- C) é possível a invocação do estado de necessidade mesmo para aquele que tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
- D) é plenamente possível a compensação de culpas quando ambos os agentes agiram com imprudência, negligência ou imperícia na prática do ilícito.
- E) considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noção De Direito Penal / Infração penal: elementos, espécies

Q95.

O tipo do art. 320 do Código Penal (Condescendência criminosa) está assim redigido: "Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente". No que concerne ao fato típico, a expressão "por indulgência" corresponde

- A) ao resultado.
- B) à ação.
- C) ao elemento subjetivo do tipo.
- D) ao nexo de causalidade.
- E) à omissão.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noção De Direito Penal / Sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal

Fonte: PROCURADOR / TCM/BA / 2011 / FCC

Q96.

A disposição legal contida no art. 13, parágrafo segundo do CP, segundo a qual a omissão apresenta valor penal quando o agente devia e podia agir para evitar o resultado, corresponde corretamente à ideia ou ao conceito de

- A) causalidade normativa.
- B) possibilidade de punição superveniente de causa independente ao delito.
- C) causalidade entre a omissão e o resultado naturalístico.
- D) desnecessária conjugação do dever legal e possibilidade real de agir.
- E) regra aplicável somente aos crimes omissivos próprios.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noção De Direito Penal / Tipicidade, ilicitude, culpabilidade, punibilidade; Excludentes de ilicitude e de culpabilidade

Fonte: TÉCNICO MINISTERIAL - ÁREA ADMINISTRATIVA / MPE/PE / 2018 / FCC

Q97.

Não há crime quando o agente pratica o fato:

- I. Em estado de necessidade.
- II. Em estado de embriaguez culposa pelo álcool.
- III. Em estrito cumprimento de dever legal.
- IV. No exercício regular de direito.
- V. Sob o efeito de emoção ou paixão.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I, II e III.
- B) I, IV e V.
- C) II, III e V.
- D) II, IV e V.
- E) I, III e IV.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noção De Direito Penal / Imputabilidade penal

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA JUDICIÁRIA - EXECUÇÃO DE MANDADOS / TRF 5ª / 2012 / FCC

Q98.

Em matéria penal, a embriaguez incompleta, resultante de caso fortuito ou de força maior,

- A) não suprime a imputabilidade penal, mas diminui a capacidade de entendimento gerando uma causa geral de diminuição de pena.
- B) não exclui, nem diminui, a imputabilidade penal, não operando qualquer efeito na aplicação da pena.
- C) é hipótese de elisão da imputabilidade penal porque afeta a capacidade de compreensão, tornando o agente isento de pena.
- D) não exclui, nem diminui, a imputabilidade penal, servindo como circunstância agravante.
- E) embora não suprima a imputabilidade penal, é censurável, e serve como circunstância agravante.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noção De Direito Penal / Concurso de pessoas

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 5ª / 2012 / FCC

Q99.

Indivíduos que são alcançados pela lei penal, não porque tenham praticado uma conduta ajustável a uma figura delitiva, mas porque, executando atos sem conotação típica, contribuíram, objetivamente e subjetivamente, para a ação criminosa de outrem

- A) não são punidos por atipicidade da conduta.
- B) são coautores e incidem na mesma pena cabível ao autor do crime.
- C) são concorrentes de menor importância e têm a pena diminuída de um sexto a um terço.
- D) são considerados partícipes e incidem nas penas cominadas ao crime, na medida de sua culpabilidade.
- E) podem ser coautores ou partícipes e a pena, em qualquer caso, é diminuída de um terço.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noção De Direito Penal / Crimes contra a pessoa

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA / CLDF / 2018 / FCC

Q100.

De acordo com o que dispõe o Código Penal acerca dos crimes contra a vida e a integridade física, considere:

I. Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça somente será crime, em tese, se o suicídio se consumar ou, ainda, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave.

II. Se o agente comete o crime de homicídio impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

III. É qualificado o homicídio se cometido para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.

IV. Não se pune o aborto praticado por médico se não há outro meio de salvar a vida da gestante.

V. Provocar aborto em si mesma é tipificado na lei como crime de infanticídio.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) II, III e IV.
- B) I, II e V.
- C) I, III e IV.

- D) II, IV e V.
- E) I, III e V.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noção De Direito Penal / Crimes contra o patrimônio

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - SEGURANÇA / TRT 2ª / 2018 / FCC

Q101.

José aproximou-se de um turista estrangeiro e, dizendo falsamente ser funcionário da companhia de aviação, se dispôs a tomar conta da sua bagagem, enquanto o mesmo dirigia-se ao balcão de informações, aproveitando-se disso para apossar-se de alguns valores que estavam no interior da mala. Nesse caso, ficou configurado o delito de

- A) disposição de coisa alheia como própria.
- B) estelionato.
- C) apropriação indébita.
- D) roubo.
- E) furto qualificado pela fraude.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noção De Direito Penal / Crimes contra a Administração Pública

Fonte: TÉCNICO MINISTERIAL - ÁREA ADMINISTRATIVA / MPE/PE / 2018 / FCC

Q102.

Gonçalo, funcionário público de determinada secretaria estadual, em razão da função por ele exercida, exige para si, de Marcelo, determinada vantagem indevida, não chegando, entretanto, a recebê-la. Tal conduta caracteriza, em tese, o crime de

- A) corrupção passiva consumada.
- B) tentativa de corrupção ativa.
- C) tentativa de prevaricação.
- D) concussão consumada.
- E) peculato consumado.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noção De Direito Penal / Abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65)

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - SEGURANÇA / TRT 15ª / 2018 / FCC

Q103.

Segundo a Lei de Abuso de Autoridade, as sanções administrativas que poderão ser aplicadas, de acordo com a gravidade do abuso de autoridade, são, dentre outras,

- A) advertência, multa e repreensão.
- B) advertência, repreensão e demissão.
- C) advertência, detenção e multa.
- D) demissão, suspensão e reclusão.
- E) demissão, repreensão e reclusão.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noção De Direito Penal / Tráfico ilícito e uso indevido de drogas ilícitas (Lei n. 11.343/2006)

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA / CLDF / 2018 / FCC

Q104.

Considerando o que dispõe a Lei nº 11.343/2006 que, dentre outras funções, instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas,

- A) não é considerado crime de tráfico de drogas a conduta daquele que oferece droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem.
- B) não é considerado crime a conduta do agente que consente que outrem utilize local ou bem de que tenha a propriedade, de forma gratuita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas, tratando-se de mera infração civil-administrativa.
- C) não é crime a condução de embarcação ou aeronave após o consumo de drogas, ainda que exponha a dano potencial a incolumidade de outrem, tratando-se de mera infração civil-administrativa.
- D) não é crime a conduta de quem induz, instiga ou auxilia alguém ao uso indevido de droga, tratando-se de mera contravenção penal.
- E) é isento de pena o agente que, em razão da dependência, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noção De Direito Penal / Crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90)

Fonte: PROCURADOR DO MUNICÍPIO / PGM - Prof. João Pessoa/PB / 2012 / FCC

Q105.

O crime contra a ordem tributária previsto no art. 1º, IV, da Lei nº 8.137/90 (“elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato”),

- A) é punido a título de culpa.
- B) caracteriza-se independentemente da intenção de suprimir tributo.
- C) caracteriza-se independentemente de remuneração a quem fornece o documento falso ou inexato.
- D) caracteriza-se independentemente da intenção de reduzir tributo.
- E) não pode ser praticado por quem não é contribuinte.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noção De Direito Penal / Crimes hediondos (Lei nº 8.072/90)

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 5ª / 2012 / FCC

Q106.

São crimes hediondos próprios, assim definidos pela Lei nº 8.072/1990, dentre outros,

- A) estupro de vulnerável, epidemia com resultado morte e adulteração de produto destinado a fim terapêutico.
- B) extorsão mediante sequestro, desastre ferroviário e incêndio, desde que seguidos de morte.
- C) terrorismo, estupro, atentado violento ao pudor e racismo.
- D) homicídio, latrocínio, extorsão mediante sequestro e tráfico ilícito de drogas.
- E) atentado contra meio de transporte aéreo, concussão e homicídio qualificado.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>